

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 62
MAI/JUN 2025

#486

CRISE NAS RUAS:
A MAZELA DOS SEM-TETO

EMPRESAS SENTEM
OS IMPACTOS DO CLIMA

ENTREVISTA

Anacláudia Rossbach

"Estamos limitados à provisão de casas,
o que não é solução sustentável."

HISTÓRIA

1945

O novo modelo de mundo que nasceu
com o fim da Segunda Guerra Mundial

Cidades vulneráveis

FALTA DE PLANEJAMENTO
URBANO EXPÕE A POPULAÇÃO
AOS EFEITOS TRÁGICOS
DO CLIMA EXTREMO

RS29,90



9 770101 426016

00486



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no desenvolvimento
da sua equipe e alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

PRESIDENTE Abram Szajman

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges



www.agenciatutu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Débora Faria, Jônia Caon e Priscila Gonzaga

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI,
Antonio Lanzana, Caio Magri, Carol Castro, Diego
Sartorato, Herbert Carvalho, Jean Galvão, Leandro
Garcia, Luciana Alvarez, Nanci Vieira, Pâmela
Brito, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Esses textos têm como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomerccio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #486

ERRATA | A edição #485 da **Problemas Brasileiros** trouxe erroneamente a informação de que Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente, é uma das autoras da Agenda Verde da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O correto é que Cristiane Cortez, assessora do Conselho de Sustentabilidade da Federação, é uma das responsáveis pelo documento da Entidade.

Um ano após a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, o saldo é negativo para as cidades brasileiras quando falamos de mudança climática. O Poder Público parece não ter aprendido a lição, e a população sofre com eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos. Faltam ações para amenizar os efeitos de cheias, secas, incêndios e ondas de calor. Enquanto isso, Estados e municípios seguem sem um plano claro de adaptação para o que se tornou a nova norma para o clima.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes não só para a classe empresarial, mas para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade publica, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [@problemasbrasil](https://www.instagram.com/problemasbrasil)

 [@pbrevista](https://www.facebook.com/problemasbrasil)

 [@canalUMBRAZIL](https://www.youtube.com/canalumbrazil)

É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que
a PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

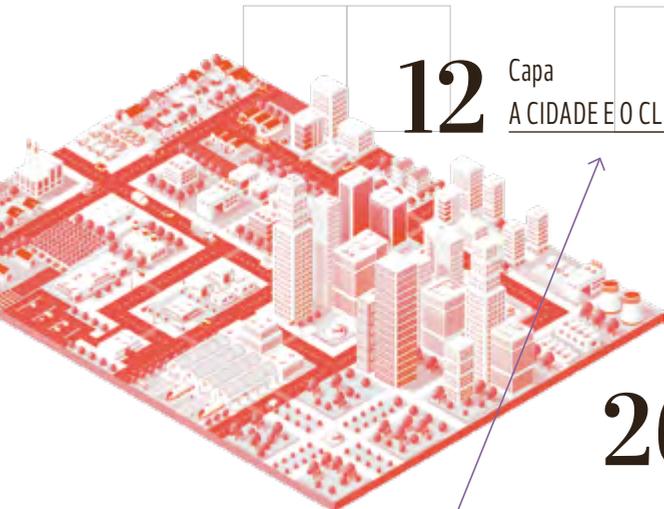
REVISTAPB.COM.BR

 @pbrevista

 @CanalUMBRASIL



8 Entrevista
ANACLÁUDIA ROSSBACH: "VIVEMOS COMPLEXIDADES PROFUNDAS, ENQUANTO O PROGRAMA HABITACIONAL AINDA ESTÁ NA PRODUÇÃO DE CASINHAS".



12 Capa
A CIDADE E O CLIMA EXTREMO

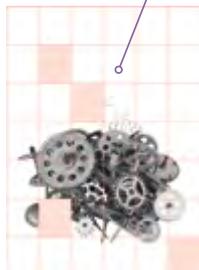
26 Notas
CONTEÚDOS DO SITE PB E OUTROS DESTAQUES

18 Sociedade
VIVER SEM TETO



28 Economia
A RIQUEZA DE CADA GERAÇÃO

32 Artigo
"JUROS ALTOS E ESCALADA DA DÍVIDA",
POR ANTONIO LANZANA



33 Artigo
"O PODER ESVAZIADO DE SI MESMO",
POR PAULO DELGADO



34 Institucional
SONDAGEM: IMPACTOS DO CLIMA



36 Artigo
"DESAFIOS PARA O AVANÇO DA
AGENDA ASG", POR CAIO MAGRI



38 Ciência
GENÉTICA QUE ALIMENTA

40 Artigo
"INTERNAÇÕES SEM EFEITO",
POR AGÊNCIA BORI

42 PB Indica
PARA LER, VER E OUVIR



43 Artigo
"O DIREITO À LITERATURA",
POR LEANDRO GARCIA



44 História
A VIRADA DE 1945

46 Charge
PREVISÃO DO TEMPO



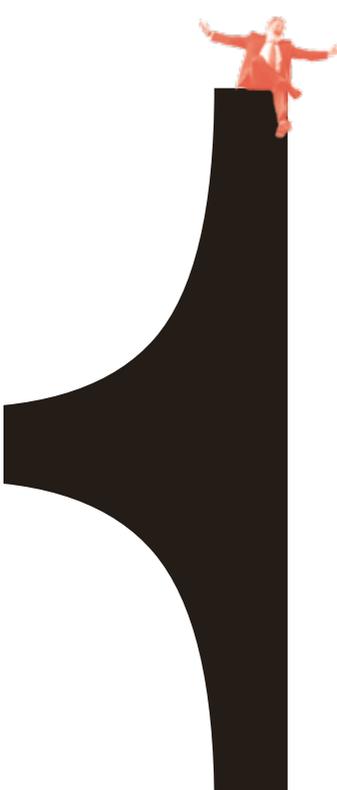
Metrópoles em transe

A edição de maio/junho da Revista **Problemas Brasileiros** retrata um país que não consegue reduzir a vulnerabilidade das próprias cidades diante das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que lida com um recorde de pessoas vivendo nas ruas, mas não planeja (nem executa) políticas habitacionais estruturantes para ordenar o crescimento urbano. Na matéria de capa, verificamos que 2024 foi, globalmente, o ano mais quente da história. Em consequência, o calor extremo e as alterações no regime de chuvas desencadearam queimadas no Norte e no Sudeste do Brasil, ao passo que uma parte do Rio Grande do Sul, incluindo a capital, Porto Alegre, ficou semanas embaixo d'água.

Entretanto, o Poder Público, em todos os níveis, parece não ter aprendido a lição. Estados e municípios seguem sem um plano claro para enfrentar o “novo normal” do clima. Pressionado pela proximidade da COP30, o Ministério do Meio Ambiente toma medidas para mitigar o problema e reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), proteger florestas, mudar a matriz energética e transformar padrões de consumo e produção — aspectos trabalhados na Agenda Verde da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Na esfera da adaptação, porém, pouco ou nada está sendo feito para ampliar a drenagem e arborizar áreas urbanas, investir em infraestrutura resiliente e capacitar defesas civis com sistemas de alerta e rotas de fuga seguras.

Enquanto isso, outro conteúdo mostra que, em dez anos, o número de pessoas em situação de rua nas metrópoles brasileiras aumentou quase sete vezes, de 52 mil para 328 mil. Para os especialistas, as causas são econômicas — algumas, herdadas da pandemia —, de saúde (como sofrimento mental) e sociais, como os abusos domésticos. Construir moradias que possam dar dignidade às famílias e proporcionar o pleno desenvolvimento de seus filhos, contudo, não é só uma questão de tijolo e cimento, alerta a entrevistada Anacláudia Roszbach, diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Para ela, a segurança, a violência, a exposição, a vulnerabilidade e a pobreza giram em torno da habitação. Por isso, adverte que soluções imediatas e emergenciais não serão sustentáveis sem levar em conta o meio ambiente ou as questões sociais.

Diante de tantos desafios interligados, é primordial que o País adote políticas públicas integradas, baseadas em evidências e voltadas para o longo prazo. A FecomercioSP reitera que enfrentar a crise climática exige planejamento, diálogo entre os setores público e privado e, sobretudo, vontade política. Não podemos naturalizar o caos urbano nem a exclusão social como parte do cenário contemporâneo.



ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



MAIS QUE TIJOLO E CIMENTO

entrevista VINÍCIUS MENDES
edição de texto DIMALICE NUNES

O déficit habitacional é um fenômeno de dimensões globais. O Banco Mundial estima que, ainda em 2025, 1,6 bilhão de pessoas serão impactadas pela escassez de moradias. “Denominador comum hoje em dia, a crise da habitação afeta praticamente todos os países do planeta”, afirma Anacláudia Rossbach, diretora-executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). As soluções para a crise habitacional, no entanto, vão muito além da construção de casas. “Ainda estamos muito limitados à provisão de unidades habitacionais, o que não é uma solução sustentável em longo prazo”, opina. Segundo a especialista, é preciso investir em planejamento urbano.

O que você considera mais urgente quando o tema é a vida nas cidades?

A questão urbana está ficando cada vez mais complexa. E no Brasil, no Sul Global, vemos um acúmulo de complexidades. Temos temas novos, como a exposição das cidades às mudanças climáticas, com fenômenos como ilhas de calor e inundações. Nossas cidades estão ficando mais vulneráveis, o que está mais visível no processo dessas mudanças. Além disso, carregamos problemas crônicos que afetam todos os cidadãos, como a qualidade de vida, o trânsito, a qualidade do ar, a violência, a pobreza e a segregação urbana. Vivemos em territórios segregados, onde os pobres vivem em uma parte da cidade e os ricos, em outra. Somam-se os desafios. Agora, quero trazer um destaque, que é a crise da habitação, um denominador comum que atinge praticamente todos os países do planeta, embora com características e dimensões diferenciadas. Temos as pessoas em situação de rua, os refugiados, os grupos internos que precisam se movimentar de uma região para outra no mesmo país. Temos as novas formas de moradia, o envelhecimento, os novos hábitos da juventude — e, no caso do Brasil, a demanda por áreas para populações indígenas e quilombolas, além da grande lacuna de capacidade de pagamento: o que já acontecia no Brasil, na América Latina, ocorre no mundo, em grande escala. As pessoas não conseguem

comprar uma casa porque a diferença entre o preço e a renda é muito grande. Os países têm capacidade fiscal limitada para oferecer subsídio e nem sempre o sistema financeiro está preparado para atender a essas necessidades. A crise da habitação é um elemento central quando falamos dos desafios das cidades brasileiras, porque a segurança, a violência, a exposição, a vulnerabilidade, a pobreza, tudo gira em torno da habitação. Como vamos superar as questões estruturais se as pessoas não têm casa? Como vamos melhorar a resiliência das comunidades sem trabalhar na forma como o povo mora?

Você afirma que as políticas habitacionais no Brasil e na América Latina são obsoletas. Do que elas precisariam dar conta, considerando os desafios contemporâneos? São obsoletas porque ainda estamos limitados à provisão de casas e a pensá-las isoladamente, o que acaba, às vezes, gerando soluções imediatas e emergenciais, que são necessárias, mas não sustentáveis quando refletimos sobre o meio ambiente ou as questões sociais. Existem alguns programas de financiamento e subsídio de habitação — o Minha Casa, Minha Vida é um exemplo —, mas são limitados. Primeiro, não se chega à escala necessária em todos os países. Segundo, não conseguimos ainda trabalhar a localização desses empreendimentos e a inserção urbana nas cidades. A expansão destas ainda se dá de uma maneira desorganizada e informal, inclusive com relação à classe alta. Não quero culpar a habitação social e popular pela expansão urbana desenfreada — quero chamar a atenção para o fato de que tentamos resolver o problema com foco em uma necessidade emergencial, sem olhar

a cidade como um todo. É preciso limitar o avanço urbano dos pontos de vista do planejamento e das inserções social e econômica — e associar esses programas de moradia às possibilidades de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda, bem como às oportunidades sociais, culturais e de lazer, tudo o que as pessoas precisam para se desenvolverem como seres humanos. No entanto, para essa parte social, o dinheiro não dá, não chega. Não conseguimos montar equipes para trabalhar com as comunidades em processos de participação realmente profundos, nos quais possamos também fortalecer o capital social das comunidades. É necessário pensar a política habitacional como algo central para a cidade, que vai orientar o seu crescimento, o seu desenvolvimento, e fortalecer essas comunidades. As atuais políticas também são obsoletas, porque ainda não conseguimos olhar de fato para os nossos novos hábitos e as nossas questões culturais. Como vão viver os jovens daqui a alguns anos? O uso do carro, por exemplo, já não é mais tão central. Então, como vamos desonerar o transporte público para que esse jovem possa ter uma inserção no mercado de trabalho e movimentar-se na cidade de uma forma mais sustentável? Há ainda o envelhecimento da população, a questão migratória etc. Há também muitos espaços ociosos nas cidades, edifícios que poderiam ser reciclados, mas há muitas barreiras para isso. Vivemos dilemas e complexidades muito profundos, enquanto o programa habitacional ainda está na produção de casinhas. Precisamos fazer com que a política habitacional enxergue e incorpore essa complexidade, tanto da cidade como da sociedade, aproveitando as oportunidades disponíveis.

Como avançar para a reutilização de territórios e edifícios ociosos?

Diante do desafio climático, precisamos realmente maximizar a utilização do ambiente construído. Isso é importante não só por causa das emissões das novas construções, mas também pela ocupação do solo, que é um elemento fundamental ao se pensar em sustentabilidade. Um aspecto é olhar os assentamentos precários, as favelas, e ter estratégias fortes de investimento nesses territórios. No Brasil, tivemos o PAC [*Programa de Aceleração do Crescimento*] de urbanização de favelas, lançado em 2007, que viveu até 2014. Foi um programa de larga escala direcionado a áreas metropolitanas de urbanização integral de assentamentos precários, com melhoria de infraestrutura e incorporação de equipamentos sociais. Além do PAC, houve muitos outros, como o Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, e o Programa Nossa Guarapiranga, em São Paulo, que foi retomado. Já temos o *know-how*, é preciso continuar fazendo. Por outro lado, temos os espaços ociosos, principalmente nas áreas centrais das cidades. Existem mecanismos, tanto para disponibilizar o patrimônio público como o patrimônio privado, a fim de promover habitação social em áreas centrais. Reciclar esses imóveis, do ponto de vista técnico, não é fácil. Nossos produtos financeiros não estão orientados para isso, porque nunca se sabe o custo e o prazo final de uma reforma. Não é fácil, mas é possível. Essa trajetória está se iniciando no mundo inteiro. Um terceiro aspecto é como otimizar os terrenos vazios em toda a cidade. Nesse caso, um exemplo importante no Brasil são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Trata-se de um instrumento previsto no Estatuto da Cidade, uma legislação de 2001 que oferece aos municípios esse instrumento de planejamento urbano. As cidades têm utilizado muito esse aparato para demarcar as áreas de favelas e assentamentos precários no intuito de acelerar o processo de urbanização com parâmetros diferenciados, os quais têm sido muito úteis.



VIVEMOS DILEMAS
E COMPLEXIDADES
MUITO PROFUNDOS,
ENQUANTO O
PROGRAMA
HABITACIONAL AINDA
ESTÁ NA PRODUÇÃO
DE CASINHAS.

Como você vê a aplicabilidade do conceito de cidade de 15 minutos (que propõe que se deve chegar nesse tempo aos locais cotidianos a pé ou de bicicleta) no Sul Global, com uma realidade tão diferente das capitais do Norte?

Bogotá encontrou um ponto intermediário: a cidade de 30 minutos. É muito difícil, nas nossas cidades, com a infraestrutura que temos, chegar em 15 minutos. Talvez 30 minutos seja algo viável. Mas o importante é não pensar que a nossa vida vai estar confinada num território da cidade. E não deve ser assim, porque precisamos integrar e ter o direito de usufruir de toda a metrópole. Queremos superar a segregação. Também é importante ter serviços acessíveis, principalmente para as mulheres. Gosto muito do modelo das quadras de cuidado de Bogotá, que oferecem, numa distância curta, uma série de serviços para mulheres, idosos e crianças. E a mulher pode reduzir a carga de cuidados para estudar, trabalhar e desenvolver-se. Ter essa infraestrutura disponível em 15 ou 30 minutos é muito importante, porque cria opções econômicas numa escala menor do território e oferece várias situações de possibilidade de emprego, aumentando as oportunidades nos diferentes territórios da cidade e diluindo o conceito de centralidades únicas. Talvez seja necessário tropicalizar esse conceito de cidade de 15 minutos, pensar em uma quantidade de tempo adequada, mas não de uma forma que nos confine, mas nos libere para usufruir a cidade e promover o desenvolvimento pessoal.

&



ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA NO
CANAL UM BRASIL
POR ESTE CÓDIGO QR

CIDADES À DERIVA

Globalmente, o ano de 2024 foi o mais quente da história. No Brasil, calor extremo e confusão no regime de chuvas incendiaram Norte e Sudeste e, há um ano, parte do Rio Grande do Sul ficou embaixo d'água. Agora, o governo toma medidas para amenizar os efeitos dessas mudanças nas cidades, mas é pouco: faltam ações de curto prazo para reduzir a vulnerabilidade da população quanto a ondas de calor, secas e enchentes.

texto CAROL CASTRO



Bastou meia hora para a água tomar conta da estação de metrô Jardim São Paulo, na zona norte da capital paulista, em janeiro. A tempestade histórica, com o segundo maior volume de chuva desde 1961, despejou, naquele dia, 124 milímetros de água na cidade — o suficiente para alagar ruas inteiras, derrubar árvores e deixar 140 mil paulistanos sem energia elétrica. No outro extremo, a Cidade do Rio de Janeiro sofreu, no mesmo mês, em fevereiro, a maior seca desde 1997. E os cariocas sentiram: a sensação térmica ultrapassou 50°C, levando 3 mil pessoas a procurarem atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) por causa do calor intenso.

Os dados mostram que os efeitos das mudanças climáticas já se apresentam há anos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o número de ondas de calor saltou de 7 para 32 ocorrências nas últimas três décadas. E os períodos sem chuvas consecutivas pularam de 80 para 100 dias nos últimos 60 anos. Não à toa, no ano passado, os eventos climáticos foram catastróficos no Brasil. Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul sofreu enchentes devastadoras: entre os 497 municípios do Estado, 478 ficaram debaixo d'água, deixando 183 mortos e afetando diretamente 2,4 milhões de pessoas. As mudanças climáticas e o fenômeno El Niño intensificaram as chuvas, evidenciando a vulnerabilidade da região a eventos climáticos extremos.

Segundo o MapBiomas — uma rede de pesquisadores ambientais composta por universidades, ONGs e empresas de tecnologia —, 2024 também foi o ano em que o Brasil pegou fogo. Entre janeiro e dezembro, mais de 30 milhões de hectares viraram cinzas no País, aumento de 79% em relação ao ano anterior e um recorde desde que os dados passaram a ser registrados, em 2019. “Uma característica da mudança climática são os extremos, com chuvas mais intensas em poucos dias, que podem deflagrar desastres,

e secas longas que, com as ondas de calor, podem aumentar os riscos de incêndios florestais. A vulnerabilidade da população e a exposição a essas ocorrências climáticas não diminuíram, só aumentaram”, alerta José Marengo, coordenador-geral do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). “Precisamos de algo de curto prazo, o tema precisa ser discutido. Uma das coisas que percebemos no Brasil é que não existe cultura de prevenção, só de reação. Isso precisa mudar”, enfatiza.

De fato, o Brasil não se mostra pronto para encarar os eventos extremos. De acordo com o Anuário Estadual de Mudanças Climáticas, produzido pelo Centro Brasil no Clima (CBC) e pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), apenas oito Estados do território nacional têm planos de adaptação a essas mudanças, dos quais 37% nem sequer apresentam estratégias de contingência para que a Defesa Civil possa responder a desastres naturais. Não agir na prevenção custa caro para os cofres públicos — e para os cidadãos. Para recuperar o Estado gaúcho, o governo federal aprovou um pacote de R\$ 50 bilhões. Esse valor, segundo o relatório Política Climática por Inteiro, do Instituto Talanoa, representa “quase 75% do total que o governo planeja economizar em dois anos com as recentes medidas de corte de gastos”. Para os cidadãos, a conta chega na hora de pôr comida no prato. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) calculou que os eventos climáticos podem levar mais 3 milhões de brasileiros à extrema pobreza a partir de 2030 — e o custo de não fazer nada para remediar os desastres ambientais seria de R\$ 1,8 trilhão a menos no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, até 2050. No mundo, segundo o relatório britânico Planetary Solvency — Finding our Balance with Nature, o PIB do planeta pode derreter à metade entre 2070 e 2090.

3 milhões

É O NÚMERO DE BRASILEIROS QUE PODEM ATINGIR A EXTREMA POBREZA EM 2030

R\$ 1,8 trilhão

SERÁ O VALOR DO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O PIB NACIONAL ATÉ 2050

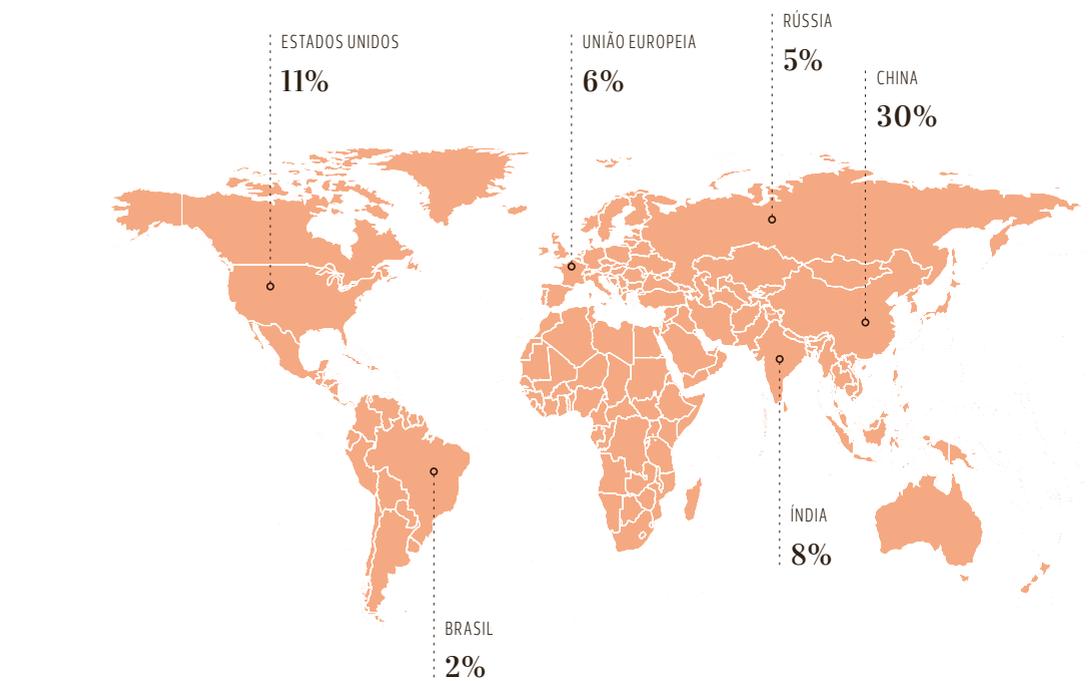


Boa parte do investimento destinado ao Rio Grande do Sul mira a reconstrução, e não necessariamente a adaptação das cidades aos eventos climáticos extremos. E o Estado figura na lista dos que ainda não contam com um plano para reduzir a vulnerabilidade das cidades, segundo o Anuário. No entanto, desde o ano passado, o governo gaúcho mostra-se mais atento à necessidade dessa adequação. Um dos projetos, já em execução, é a criação de estruturas dedicadas à segurança de barragens — um dos pontos mencionados por especialistas, na época das enchentes, era justamente a demanda pela construção de estruturas hidráulicas. O governo prevê, ainda, um investimento de R\$ 300 milhões para fazer a limpeza e aumentar a profundidade de leitos de rios e canais, como forma de prevenir futuras enchentes.

O Espírito Santo, um dos oito Estados que construiu um plano de adaptação às mudanças climáticas, preparou-se para lidar com os eventos extremos. Em 2023, o governo estadual criou o Fundo Cidades — Adaptação às Mudanças Climáticas, com previsão de investimento de R\$ 1 bilhão nos municípios capixabas até 2026. Até o momento, o governo realizou obras de drenagem, macrodrenagem e contenção de encostas, além da construção de barragens e muros de arrimo.

PLANTAR MAIS ÁRVORES...

Ainda assim, é generalizada a falta de atenção, de todos os governos, para uma solução bem mais óbvia: a arborização. Quase não há espaços verdes nos centros urbanos. Para se ter uma ideia, apenas 7% desses territórios são cobertos por vegetação, segundo dados do MapBiomias. “As ilhas de calor são formadas pela falta de verde e pelo excesso de asfalto, de concreto, e geram eventos climáticos extremos. As tempestades estão cada vez mais fortes. São Paulo, que até os anos 1970 era a ‘terra da garoa’, hoje, transformou-se na cidade das tempestades violentas”, afirma o botânico Ricardo Cardim, criador de uma técnica de plantio de florestas urbanas. “Para diminuir a impermeabilidade, é preciso plantar árvores. Paredes e telhados verdes não são ferramentas adequadas para o Brasil, porque nem sequer conseguimos cuidar das árvores que estão na terra”, pontua.



QUEM SÃO OS MAIORES POLUIDORES DO MUNDO?

Fonte: Emissions Database for Global Atmospheric Research

Cardim defende, por exemplo, que as vagas de estacionamento nas ruas cedam espaço para as árvores. Mas não é qualquer árvore. É importante que sejam espécies nativas e altas, e não apenas ornamentais. “Não adianta plantar a árvore errada, que funciona só como enfeite. Precisa ser a espécie correta, que faça sombra e seja nativa daquela região. Ao plantarmos uma muda grande, teremos sombra num curto tempo, o que aumenta a umidade do ar. Ela vai fazer os serviços ambientais necessários”, explica.

O governo de Paris apostou nessa solução, ao comprometer-se a trocar por árvores 60 mil vagas de estacionamento até 2030. A ideia é transformar 100 hectares do município em área verde. “As cidades precisam investir em jardins de chuva e na expansão dessas áreas. É isso que faz toda a diferença na sensação térmica. E é um investimento que vale a pena. Se o governo não investir na arborização e no cuidado com essas árvores, vai gastar em outro lugar, como

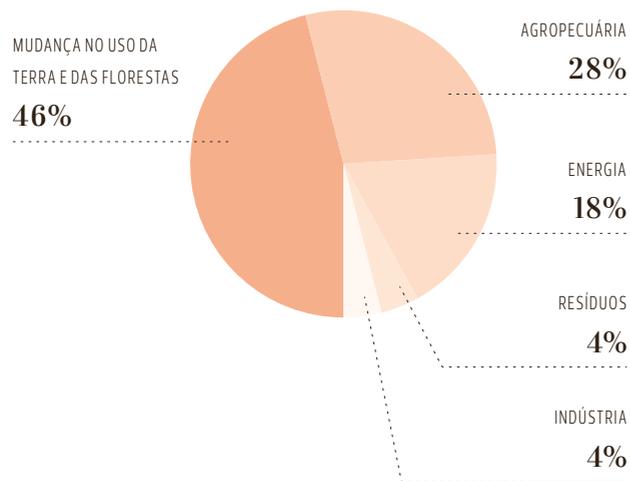
no sistema público de saúde [em razão das doenças decorrentes do calor extremo]”, destaca Cristiane Cortez, assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Em São Paulo, o ex-prefeito Fernando Haddad, atual ministro da Fazenda, tirou vagas de estacionamento na rua para construir *parklets* — um espaço com bancos e mesas feitos de paletes —, na tentativa de humanizar e democratizar as ruas. “Para uma árvore, nem precisa daquele espaço todo. Uma área de 1,5 metro de comprimento por 1 metro de largura já é suficiente para plantar uma espécie grande”, defende Cardim. Marengo, do Cemaden, ressalta, ainda, outra medida emergencial que precisa ser posta em prática em todas as cidades: sistemas de alerta e preparação de bombeiros e Defesa Civil para lidar com desastres decorrentes das mudanças climáticas. “Quando falamos de

vulnerabilidade, precisamos olhar que tipo de vulnerabilidade é essa. Se as pessoas estão perto de córregos, serão as principais atingidas em inundações. Em primeiro lugar, elas nem deveriam estar ali. Precisamos de muros de proteção e revitalização da vegetação”, detalha. “É preciso também informar a população sobre rotas de fuga. Não adianta ter a melhor previsão se o povo não sabe o que fazer. São necessários placas e caminhos bem sinalizados. E os socorristas precisam ser capacitados para lidar com incêndios, não adianta contar com a ajuda de voluntários sem treinamento”, critica.

... E MANTÊ-LAS EMPÉ

Só que o problema vai além do emergencial ou de medidas paliativas. A solução real para evitar o caos climático é por outro caminho: a recuperação do planeta. E o Brasil tem papel crucial nisso, não apenas por abrigar a maior parte da Floresta Amazônica, mas também por figurar entre os maiores emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE) do mundo — somos o sexto no ranking mundial dos maiores poluidores, com emissão de cerca de 2,3 bilhões de toneladas de GEE, ou 2% de tudo o que é emitido na atmosfera.



DE ONDE VÊM AS EMISSÕES BRASILEIRAS?

Fonte: Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (Seeg)

“UMA DAS COISAS QUE PERCEBEMOS NO BRASIL É QUE NÃO EXISTE CULTURA DE PREVENÇÃO, SÓ DE REAÇÃO. ISSO PRECISA MUDAR.”

JOSÉ MARENGO, coordenador-geral do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

Ainda que o País tenha sido um dos poucos signatários do Acordo de Paris a ter enviado a meta atualizada da Contribuição Nacional Determinada (NDC, na sigla em inglês) — 95% dos países não tinham feito isso até fevereiro de 2025 —, organizações ambientais querem um compromisso maior. O governo brasileiro planeja reduzir a emissão de GEE (de 59% para 67%) até 2035. Segundo o Observatório do Clima (OC), o compromisso deveria ser maior (de 92%), liberando 200 milhões de toneladas por ano desses gases.

Dois fatores são os maiores responsáveis, no Brasil, por esse cenário: o desmatamento e a Agropecuária. Esta última, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (Seeg), só registra aumentos nas emissões, desde 2018 — consequência da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que incentivou a “passar a boiada” enquanto as atenções estavam voltadas para a pandemia. Mesmo sob a gestão Lula, o setor aumentou as emissões em 2%, entre 2022 e 2023.

Por outro lado, o atual governo comemora a redução nas taxas de desmatamento. Apesar das queimadas históricas no ano passado, as áreas desmatadas caíram 30% na Amazônia — a menor taxa desde 2017 — e 25% no Cerrado. Um dos compromissos é chegar ao desmatamento zero até 2030. “O problema é o seguinte: todos os compromissos consideram apenas a emissão de gás carbônico. E árvore não é só CO₂ estocado. Ela participa do equilíbrio climático, tem o papel de ser um climatizador natural”, critica a cientista Luciana Gatti, coordenadora do Laboratório de Gases de Efeito Estufa do Inpe. “Não adianta comemorar a redução do desmatamento, porque seguimos perdendo árvores. Se houvesse, de fato, uma preocupação ambiental, o governo não estaria tentando explorar petróleo na foz do Rio



MITIGAR E ADAPTAR

Mitigação e adaptação são dois conceitos de caminhos essenciais (e complementares) no enfrentamento da crise climática. A primeira, que age na origem do problema, tem foco em reduzir as emissões de GEE, proteger florestas, mudar a matriz energética e transformar padrões de consumo e produção, buscando frear o avanço das mudanças climáticas e retomar o equilíbrio do planeta. A segunda, por sua vez, lida com as consequências que já estão em curso. Significa preparar as cidades para chuvas extremas, calor insuportável, secas prolongadas, deslizamentos e enchentes – além de construir sistemas de drenagem eficientes, arborizar áreas urbanas, investir em infraestrutura resiliente, capacitar defesas civis, implementar sistemas de alerta e criar rotas de fuga seguras.

Amazonas, tampouco aumentando o número de termelétricas no País”, compara a cientista.

Entretanto, Luciana reconhece que o MMA, liderado por Marina Silva, tem segurado como pode o avanço de políticas desenvolvimentistas que não consideram os impactos ambientais. “O MMA faz um trabalho maravilhoso, mas os outros ministérios, como o da Agricultura e o de Minas e Energia, andam na direção oposta. Simone Tebet [*ministra do Planejamento e Orçamento*] pegou dinheiro emprestado de um banco internacional para asfaltar uma estrada na Amazônia e construir um porto. Para quê? Para o Brasil destruir cada vez mais a Floresta Amazônica e aumentar as exportações. Enquanto isso, os alimentos estão cada vez mais caros, como resultado das mudanças climáticas”, reforça. No fim de 2024, o Ministério do Planejamento e Orçamento anunciou o megaprojeto Rotas de Integração Sul-Americana, com 190 obras de infraestrutura previstas em 11 Estados de fronteira. “Juntos, esses caminhos permitirão avanços sociais inestimáveis à população brasileira e aos povos vizinhos de nossos continentes”, escreveu Tebet, no projeto. O intuito é expandir o comércio com outros países e reduzir o custo do transporte.

Em 2023, o governo restaurou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, uma tentativa de aproximar os ministérios na luta pelo meio ambiente. No ano passado, foi criado o Plano Clima, que levou para consulta pública a Estratégia Nacional de Adaptação (ENA). Os objetivos do plano são avaliar a vulnerabilidade do País a eventos extremos, propor formas de garantir a produção de alimentos e o fornecimento de energia e orientar as ações para lidar com as mudanças climáticas até 2035. O projeto cria estratégias de mitigação, que preveem redução de emissão de GEE para conter as mudanças no clima, e de adaptação, para minimizar as consequências inevitáveis dos eventos extremos.

A realização da COP30, na capital do Pará, Belém — que será, até 2050, a segunda cidade mais quente do mundo, segundo estudo da ONG CarbonPlan —, também acelerou os planos de mitigação e adaptação do País. “As ações ambientais aceleraram-se, o que é bom. Mesmo assim, os desastres continuam acontecendo. Precisamos focar também nas ações rápidas para reduzir a vulnerabilidade da população. E, por enquanto, isso ainda não está avançando como deveria”, conclui Marengo, do Cemaden.

**“REDUZIMOS O DESMATAMENTO,
MAS SEGUIMOS PERDENDO
ÁRVORES. SE HOUVESSE
PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL,
O GOVERNO NÃO ESTARIA
TENTANDO EXPLORAR PETRÓLEO
NA FOZ DO RIO AMAZONAS.”**

LUCIANA GATTI, cientista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)





A MAZELA DOS SEM-LAR

Nunca houve tanta gente vivendo ao relento no Brasil. Em dez anos, o número de pessoas em situação de rua cresceu quase sete vezes: de 52 mil para 328 mil. De acordo com especialistas, as explicações para a forte alta passam por questões econômicas – algumas herdadas da pandemia –, de saúde (como sofrimento mental) e sociais, como os abusos domésticos, que fazem da rua, às vezes, um lugar mais seguro.

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração JONIA CAON

P

**“É NOS CENTROS DINÂMICOS
QUE QUEM ESTÁ EM SITUAÇÃO DE
RUA PODE CONSEGUIR UM PEQUENO
EMPREGO, ALIMENTOS NA XEPA,
COLETAR MATERIAL RECICLÁVEL...
E VÃO CRIANDO MORADA.”**

MARCO ANTÔNIO NATALINO, pesquisador no
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Por que uma pessoa vai viver na rua? A pergunta ainda intriga um grupo imenso de pesquisadores e pesquisadoras que se debruça sobre a situação daqueles que não têm casa. As respostas variam desde aspectos puramente econômicos — quando a renda é pouca diante do alto custo da moradia, por exemplo — até fatores que, embora individuais, têm raízes na vida coletiva, como a explosão de casos de sofrimento mental, com mais intensidade nas metrópoles. Há também as vítimas desamparadas de abusos domésticos, que encontram nas ruas, contraditoriamente, um lugar mais seguro para viver.

“Quando conversamos com uma pessoa nessa situação, é muito difícil que ela esteja ali por apenas um desses fatores”, explica Marco Antônio Natalino, sociólogo que produziu o último grande estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o tema, ainda em 2016. “A tendência é que haja uma conjunção, às vezes bem complexa, desses motivos”, continua. No entanto, ainda que reforce o perfil multifatorial, a pesquisa aponta pelo menos três grandes eixos: econômico — preço dos aluguéis, pobreza, desemprego etc. —, familiar (ligado à ruptura dos vínculos) e saúde mental.

Além dessas causas, fato é que o fenômeno explodiu no Brasil. Em 2024, de acordo com o mais recente relatório do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), havia cerca de 328 mil pessoas sem moradia no território nacional. O número foi quase sete vezes maior do que o registrado nove anos antes pela mesma entidade. Em 2015, eram 52,4 mil.

SÃO PAULO NA RUA

A situação mais grave, obviamente, é na capital paulista. Não à toa, existe um conflito aberto sobre a dimensão do problema entre a administração da metrópole e entidades da sociedade civil que trabalham com a população em situação de rua. De um lado, o OBPopRua da UFMG calcula que, em janeiro de 2025, mais de 93,3 mil pessoas estavam vivendo ao relento em São Paulo. A prefeitura, por sua vez, afia-se no seu último censo, realizado em 2022, quando contou 31,8 mil cidadãos vivendo nas ruas da cidade.

A discordância é de ordem metodológica: enquanto o OBPopRua usa dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a partir dos registros do Cadastro Único (CadÚnico), produzidos, por sua vez, com base nas declarações da própria população — inclusive para admissão em programas sociais federais —, a prefeitura se fundamenta em entrevistas realizadas por uma equipe dedicada às pessoas em situação de rua. O próximo ciclo será, inclusive, neste ano. “É um problema não só de ordem científica, mas também política, porque os dados — para mais ou para menos — têm consequências políticas”, afirma Maria Laura Gomes, pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da Universidade de São Paulo (USP), que finalizou

recentemente uma dissertação de mestrado sobre a população de rua na capital paulista, na mesma universidade.

Considerados apenas os números do OBPoRua, o tamanho dessa parcela de pessoas na cidade subiu impressionantes 401% em uma década — de 18,6 mil, em 2015, para 93,3 mil, em janeiro de 2025. Mas isso não é exclusividade paulistana. No Rio de Janeiro, esse número, que não passava dos três dígitos (994) em 2015, atingiu 8 mil ainda em 2022, de acordo com os dados oficiais. Em Recife, capital de Pernambuco, o salto foi de 800%. A capilaridade do fenômeno também surpreende, segundo um estudo do CEM ao qual a Revista **Problemas Brasileiros (PB)** teve acesso. Dez anos atrás, cerca de 1,2 mil cidades do País registravam indivíduos morando nas ruas. Em porcentagem, eram 22% dos municípios brasileiros. Em 2023, porém, essa parcela já havia subido para 42%.

CIDADE CARA

Os estudos do OBPoRua, do Ipea e de pesquisas acadêmicas, além das percepções dos movimentos sociais, revelam, em comum, o perfil dessa população: homens negros na casa dos 40 anos. Todos em situação de extrema pobreza — que se intensifica quando vivem nas ruas.

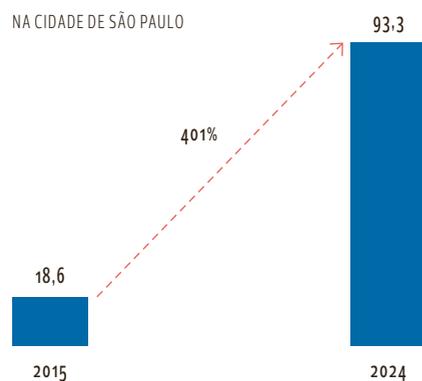
Ao se separarem os diferentes eixos que sustentam a explosão dos números, uma série de explicações vão surgindo. Natalino afirma que os efeitos da pandemia de covid-19 ainda estão presentes nesses dados. A queda drástica na renda média dos brasileiros — sobretudo em 2021, quando ficou abaixo de R\$ 2,7 mil —, somada à necessidade de isolamento social em razão da crescente curva de contaminação, fez com

que muita gente ficasse sem condições de pagar o aluguel. Ali, não sobrou alternativa além de viver nas ruas. Há, ainda, um outro aspecto estrutural, que se liga a esse primeiro de alguma forma — a alta do custo de vida nas regiões que Natalino chama de “centros de dinamismo econômico”, como São Paulo e Rio de Janeiro. “Esses lugares concentram riqueza e, por isso, sempre atraem muita gente”, contextualiza. Segundo o sociólogo, a alta expectativa por oportunidades econômicas tem como resultado a formação de periferias, pois as pessoas não conseguem viver perto das atividades produtivas que exercem. “Mas algumas delas ainda decidem permanecer próximas às oportunidades para baratear custos, e vão viver em estacionamentos e abrigos, fazendo a vida no meio do centro dinâmico”, continua.

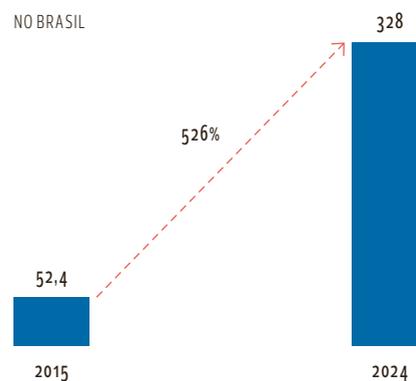
Segundo cálculos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o custo de vida na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) cresceu 5% em 2024. Essa variação, porém, afeta as classes sociais de maneira distinta: enquanto os mais pobres (Classe E) viram seus gastos cotidianos subirem 5,1%, a camada mais rica (Classe A) teve um incremento de 4,7%. Contudo, as áreas de dinamismo econômico não são sinônimo de centros de riqueza, como a zona sul do Rio, a região da Avenida Faria Lima, em São Paulo, ou as margens da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, capital mineira. Essas áreas concentram-se em locais mais movimentados — que, nessas capitais, costumam ser os centros históricos. “É ali que quem está em situação de rua pode conseguir um pequeno emprego, um ‘bico’, e pode pegar alimentos na xepa das feiras, coletar material reciclável, vender algum produto. E lá vão criando morada”, detalha Natalino.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (EM MILHARES DE PESSOAS)

NA CIDADE DE SÃO PAULO



NO BRASIL



A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA É SEMELHANTE À DE CAPITAIS E CIDADES MÉDIAS

PALMAS (TO)	323,6 MIL HABITANTES
TAUBATÉ (SP)	321,2 MIL HABITANTES
CAMAÇARI (BA)	319,3 MIL HABITANTES

Fonte: OBPoRua/UFG

Essa é uma explicação comum, por exemplo, para o crescimento de pessoas nessa situação em Brasília, Distrito Federal. “Há cinco anos, não existia ninguém nessa condição aqui”, conta à **PB** o motorista Ricardo Oliveira, baiano que vive na capital federal desde os anos 1980. Enquanto a reportagem cruzava a cidade com ele, era possível ver famílias inteiras em viadutos e até perto da Esplanada dos Ministérios, centro do Poder nacional. De acordo com o OBPopRua, Brasília saiu de 2024 com 8,6 mil pessoas em situação de rua, um salto de 8% na comparação com o ano anterior. Em 2015, eram 755. Além disso, há outra questão que os analistas chamam de flutuação. Ao contrário do senso comum, a população que está na rua não é permanente, tendendo a flutuar entre moradias mais ou menos irregulares (em períodos melhores) e a própria rua. “A pessoa está ali, embaixo do viaduto. Conseguir um emprego e, com o salário que ganha, vai morar em uma casa. Mas ela continua sujeita a perder aquele trabalho — e quando isso acontece, sem opção, acaba voltando para a rua”, destaca Maria Laura, do CEM. “Acontece muito. E essa fragilidade dos vínculos trabalhistas impede não só a autonomia financeira, mas também a cidadã”, reforça.

O PESO DO CUSTO DE VIDA

O Brasil registra, atualmente, as menores taxas de desemprego da sua história, com indicadores abaixo dos 7% há quase um ano. Mais emprego também significa maior renda média: R\$ 3,2 mil, no fim de 2024, segundo o Ipea. Pela lógica, não era para ter mais gente na rua, mas o contrário. “A economia está excelente, é verdade, mas não é todo mundo que acessa essa melhora”, explica o presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo (MEPSRSP), Robson Mendonça. “Até o ovo, que era um jeito de o pobre comer alguma coisa além de arroz e feijão, agora está o olho da cara”, continua, citando a inflação que chegou a beirar os 40% para esse item no início de 2025. Ainda de acordo com a FecomercioSP, a alimentação ficou 7,4% mais cara na RMSP no ano passado, número que sobe para 8,2% quando considerada apenas a Classe E.

Outro ponto de pressão vem do custo da moradia. “Esse gasto ainda não é bem mensurado nos estudos sobre orçamento doméstico das classes mais baixas”, explica a economista Laura Müller Machado, professora no Insper, que foi secretária de Desenvolvimento Social do governo paulista em 2022. “Boa parte da renda das pessoas vai para o aluguel — que está ficando cada vez mais caro. Algumas famílias simplesmente não conseguem pagar. É um desafio até para programas sociais como o Bolsa Família”, complementa. Uma rápida olhada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que indexa os preços dos aluguéis no País, permite verificar que eles subiram mais de 4% só em 2024, após uma alta de 3,7% no ano anterior.

Por isso, a discussão deságua, inevitavelmente, na enorme quantidade de imóveis ociosos nas metrópoles brasileiras.

**“A ECONOMIA ESTÁ EXCELENTE,
MAS NÃO É TODO MUNDO QUE
ACESSA ESSA MELHORA. ATÉ O OVO,
QUE ERA UM JEITO DE O POBRE
COMER ALGO ALÉM DE ARROZ E
FEIJÃO, ESTÁ O OLHO DA CARA.”**

ROBSON MENDONÇA, presidente do
Movimento Estadual da População em Situação
de Rua de São Paulo (MEPSRSP)

“De um lado, a política do *housing first* [*“moradia primeiro”, criada nos Países Baixos, em 2006*] é uma resposta efetiva”, opina Maria Laura, do CEM, citando os exemplos do programa Moradia Cidadã, criado pelo governo federal no ano passado, e do Reencontro, da Prefeitura de São Paulo, que começou em 2022. “Mas é evidente que o problema não existe por causa de um déficit habitacional”, completa. Ainda em 2022, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a Cidade de São Paulo tem cerca de 590 mil imóveis vazios. Considerando a contagem da própria prefeitura, o número é 20 vezes maior do que a população de rua do município. “E há uma absoluta inação no campo da política habitacional”, ressaltou a urbanista Raquel Rolnik, que leciona na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), ao *Jornal da USP*, quando esses dados foram publicados. Segundo a urbanista, a contradição é que isso aconteceu em paralelo a uma explosão do mercado imobiliário paulistano. “Essa circunstância representou um aumento nos preços dos terrenos e, portanto, uma dificuldade ainda maior de pagamento do aluguel por parte das famílias de menor renda”, completou, à época.

LAÇOS ROMPIDOS

Ex-morador de rua na capital paulista, Mendonça, do MEPSRSP, enfatiza como o declínio econômico costuma ter, como consequência inequívoca, a ruptura das famílias — corroborando um dos eixos do estudo de Natalino, do Ipea. “Quando uma pessoa perde o emprego e não consegue mais pagar as contas, começam os conflitos em casa, o que acaba levando essa pessoa para a rua”, observa. “Posso afirmar que todo mundo que



42%

DOS MUNICÍPIOS REGISTRARAM
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
EM 2023 – ERAM 22% EM 2015

9,9%

DOS ATENDIMENTOS DE SAÚDE
A QUEM VIVE NA RUA EM SÃO
PAULO FORAM OCASIONADOS POR
TRANSTORNOS MENTAIS EM 2023 –
PROPORÇÃO ERA DE 2,6% EM 2017

7,4%

FOI O AUMENTO NO PREÇO DA COMIDA
NA RMSP – ALTA DO CUSTO DE VIDA
LEVA MAIS PESSOAS PARA A RUA

está nessa condição, hoje, passou por algum tipo de conflito familiar. É geral”, reforça. As tensões domésticas têm origens distintas, indicam as pesquisas. Às vezes, surgem quando um membro da família torna-se dependente químico e, então, retira-se para preservar os demais familiares ou é expulso por eles. Em outros contextos, diante da falta de horizonte — como a perda de emprego —, emerge o sofrimento mental e, assim, a rua converte-se em um escape, tanto dos custos quanto das pressões sociais dentro de casa. Além disso, especialistas ouvidos pela **PB** concordam que a tendência é que esse quadro piore e se torne de difícil reversão, pois quando esse indivíduo entra em contato com o “universo das ruas”, como chama Mendonça, há poucas condições de regresso ao convívio familiar.

O movimento encabeçado pelo presidente do MEPSRSP, que costumava atender em torno de 2 mil pessoas em situação de rua, por dia, no centro de São Paulo, viu esse número dobrar no último ano. É nessa região da cidade que quem não tem onde morar consegue acessar programas sociais do governo e meios de higiene pessoal, além de comida e uma cama para passar a noite. “Não estamos mais conseguindo receber todo mundo, falta estrutura. E cada vez mais gente chegando”, desabafa. Nos últimos meses, o Movimento também tem denunciado ao Poder Público a dificuldade que as pessoas nessa condição enfrentam para registrarem-se no CadÚnico, atualmente o maior mecanismo de mapeamento de vulnerabilidade social do Brasil, administrado pelo MDS. Segundo a entidade, há gargalos que vão desde a extensão da ficha de cadastro — que faz com que muita gente desista de preenchê-la até o fim — até as filas nas portas de dispositivos públicos, como os Centros de Referência de Assistência Social

(Cras). “Já estão até vendendo lugar na fila. E mesmo comprando, a pessoa não consegue ser atendida no mesmo dia. Faltam mais centros, mais vagas e gente para atender”, enumera Mendonça. A prefeitura informou que São Paulo conta com 54 Cras distribuídos em todas as regiões e que, em média, são atendidas cerca de 230 mil pessoas por ano.

O QUE PODE SER FEITO?

“Tampouco há uma resposta perfeita”, reage Natalino. Segundo o pesquisador, no âmbito econômico, a saída passa por oferta de emprego e também por melhores políticas habitacionais. “O Brasil tem o forte mito da casa própria, mas a gente precisa de aluguel social”, defende. “Muitas vezes, a família depende de uma ajuda, via subsídio, para conseguir voltar a ter um lar. É assim que ela pode se reerguer nos outros eixos. Este é um buraco do nosso sistema de proteção social”, argumenta. Maria Laura, do CEM, concorda. “Nós ainda olhamos para o atendimento à população de rua muito pelo prisma da assistência social e do acolhimento, que são fundamentais, mas, sozinhos, não resolvem o problema. O *housing first* é relevante, porque essas pessoas não têm acesso a moradias. O que fazer? Viabilizá-las”, sugere.

Quanto às relações familiares, o espaço de ação do Poder Público tende a ser mais limitado, ainda que existam iniciativas elogiadas. Uma delas é o programa Reencontro, da prefeitura paulistana, que já dispõe de dez unidades. As vilas são administradas por entidades sociais — de instituições religiosas ao próprio MEPSRSP. Mendonça pontua que o sofrimento mental intensifica-se quando as pessoas afastam-se da família. “Sem aquela estrutura, ficam só as mazelas da rua. É muito difícil manter-se são. O Cras não substitui a família”, conclui. No entanto, para Maria Laura, é relevante pensar em relações sociais que não estejam na alçada familiar e que, às vezes, contem até mais para essa população do que o lar perdido. “Muitas etnografias mostram como a rua também é um espaço de vínculos relevantes. Há fragilidades, mas também conexões fortes”, avalia. De acordo com Natalino, do Ipea, há espaço para o Estado agir, sobretudo nos casos de depressão. Dados do CEM mostram que, de cada 100 atendimentos de saúde à população em situação de rua em São Paulo, 9,9% são por questões de saúde mental. Em 2017, essa proporção era de apenas 2,6%. Esses números contabilizam somente os dados dos centros de acolhida. Em Belo Horizonte, a variação foi de 9% para 14%.

A ação estatal também pode conduzir à criação de abrigos temporários e à oferta de apoios jurídico e psicológico a quem sofre violência doméstica e precisa sair de casa, dizem as fontes consultadas pela **PB**. “Como fazer uma política, de fato, intersetorial?”, questiona Maria Laura. “Mais do que isso, como implementá-la não só pela letra da lei, mas na prática? O desafio não é só pensar na moradia, mas em toda a articulação que precisa ser feita para que a pessoa permaneça na nova moradia”, defende a pesquisadora.

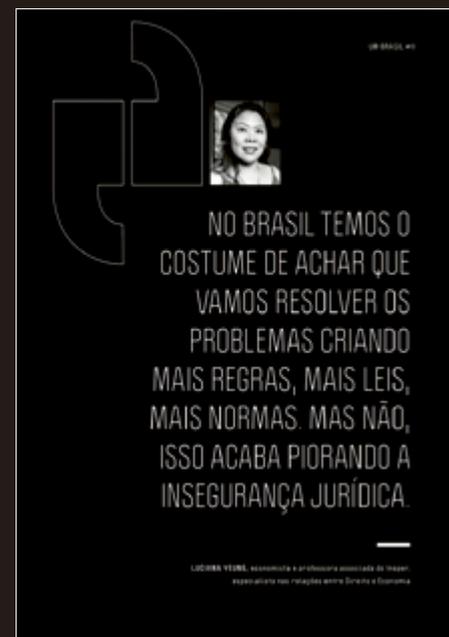
&

BRASIL EM CONSTRUÇÃO

O FUTURO EM DEBATE

A NOVA EDIÇÃO DA COLETÂNEA **UM BRASIL** REÚNE NOMES QUE MOLDAM O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO DO PAÍS – COMO ARMÍNIO FRAGA, ANA CARLA ABRÃO, RUBENS RICUPERO, JORGE CALDEIRA, DORA KAUFMAN, EDUARDO GIANNETTI, LARISSA WACHHOLZ, FRANCISCO GAETANI, FELIPE SALTO E MUITOS OUTROS – EM CONVERSAS QUE ATRAVESSAM OS GRANDES TEMAS DO NOSSO TEMPO.

REFORMA DO ESTADO, DESIGUALDADE, INSEGURANÇA JURÍDICA, EDUCAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ECONOMIA VERDE, DIGITALIZAÇÃO, ABERTURA COMERCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA. UM CONVITE À AÇÃO PARA UM BRASIL QUE SE DESENHA COM MAIS RAZÃO, MAIS DIÁLOGO E MAIS FUTURO.



UM BRASIL #11 ESPECIAL MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

↓ PARA BAIXAR O SEU EXEMPLAR GRATUITO,
ACESSE: UMBRASIL.COM/PUBLICACOES



UM BRASIL



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO





Rede de mentiras

As *fake news* estão no cotidiano de qualquer pessoa que acesse a internet. Fenômeno global, a disseminação de notícias falsas é o principal alimento de algo maior: a desinformação. Esse item encabeça a perspectiva de risco de curto prazo do Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial pelo segundo ano consecutivo, superando os temores com os eventos climáticos extremos e os confrontos geoeconômicos.

E o mercado de carbono?

O Congresso Nacional aprovou um dos projetos mais aguardados pelos atores que compõem o debate ambiental brasileiro — a regulação do mercado de créditos de carbono. De forma sucinta, o novo mercado permitirá que empresas de todos os setores compensem as emissões dos gases que geram o efeito estufa no planeta, conhecidos pela sigla GEE. Essa compensação poderá se dar pela compra de créditos vinculados a iniciativas de preservação ambiental em qualquer setor ou atividade econômica, em todas as regiões do Brasil.

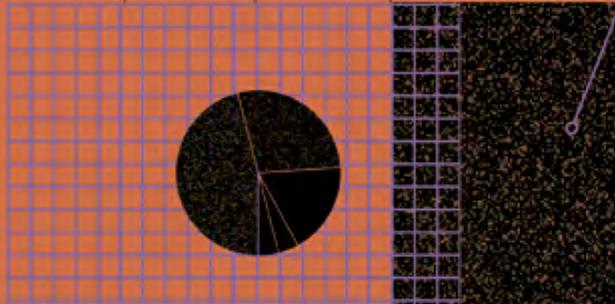
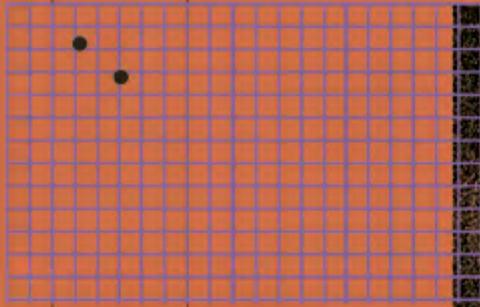
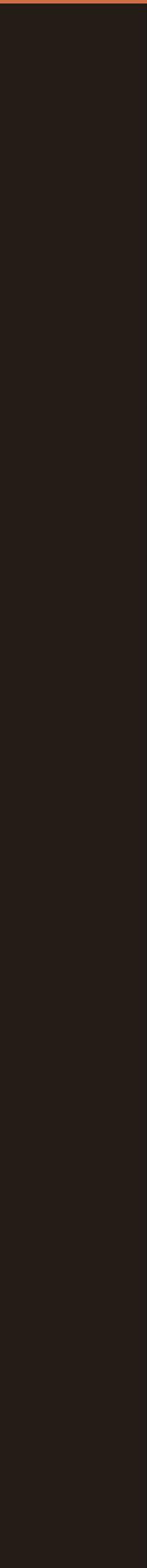
Despesa sem controle

Mansueto Almeida, que encabeçou a Secretaria do Tesouro Nacional entre 2018 e 2020 e, hoje, é economista-chefe do BTG Pactual, foi o palestrante do encontro de março da Frente Empresarial de Modernização do Estado (Feme), do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo o economista, embora reúna indicadores positivos e Produto Interno Bruto (PIB) em expansão, o Brasil corre riscos econômicos gravíssimos em razão da elevação dos gastos públicos. Diante do que ele chama de um déficit de “país em guerra” — 8,5% do PIB, em 2024 —, precisamos urgentemente de um ajuste fiscal.

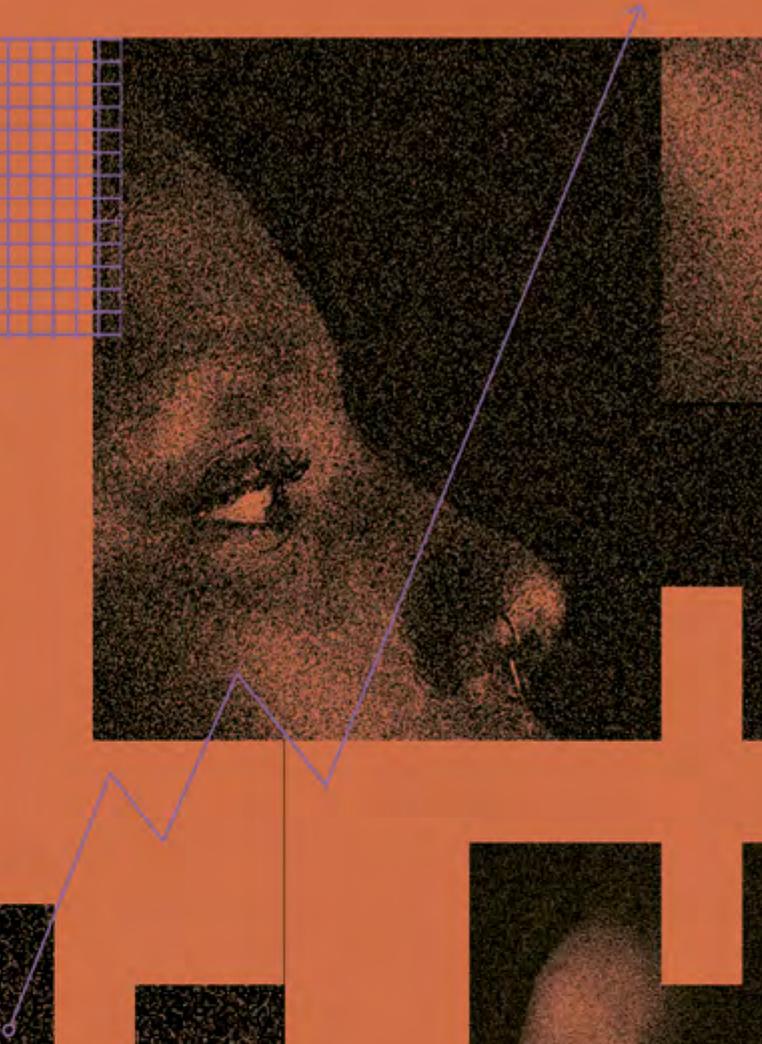
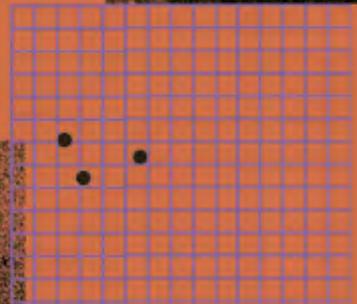
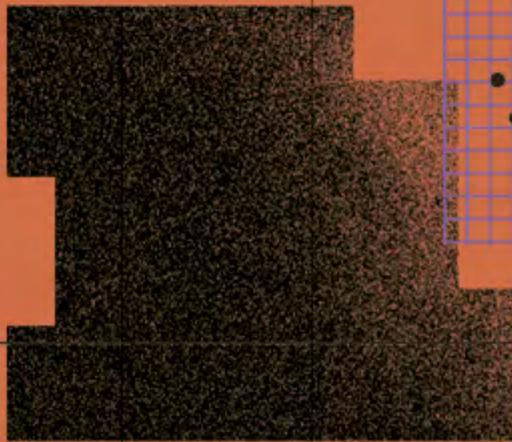
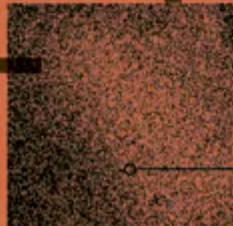
MULHERES EM FOCO

Ao longo do mês de março, o site da **PB** trouxe uma série de reportagens que abordaram a questão da igualdade de gênero por diversas ópticas. Tratamos da “machosfera” e de como *youtubers* lucram com conteúdos misóginos. Falamos também do retrocesso das políticas de inclusão depois que gigantes globais abandonaram as ações de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) — e se essa mudança de rota da agenda ESG pode chegar ao Brasil. Além disso, uma pesquisa do B20, braço do setor privado no G20, revelou os obstáculos que as mulheres encaram para atuar no comércio internacional. Ademais, sondagens da FecomercioSP mostram que elas estão menos confiantes com os rumos da economia brasileira.

Ilustração: Priscila Gonzaga



25



BOOMERS

×

MILLENNIALS

texto LUCIANA ALVAREZ | ilustração JONIA CAON



No fim de 2024, uma pesquisa do Grupo Allianz, sobre o acúmulo de riqueza, repercutiu no mundo todo ao mostrar que os *baby boomers* — nascidos entre 1946 e 1964 — formam a geração mais rica da história e, em contraste, os *millennials*, ou geração Y (nascidos entre 1981 e 1996), são os que mais têm dificuldades para construir um patrimônio. O Relatório Global de Riqueza 2024 aponta que esse cenário foi impulsionado pelo fácil acesso à moradia e pelo forte desempenho dos mercados de ações para a primeira geração, enquanto a segunda teve de encarar (e segue encarando) uma série de crises desde que entrou para o mundo do trabalho. “Uma combinação histórica única — crescimento econômico forte, mercados imobiliários acessíveis e valorização das ações — permitiu que os *boomers* acumulassem uma fortuna considerável”, destaca a gigante de seguros em seu relatório. Contudo, é preciso ressaltar que as conclusões de que os mais velhos sejam mais ricos e os mais novos, mais pobres valem para Estados Unidos e Europa, pois foram obtidas com base em dados desses locais, e os resultados não podem ser simplesmente transferidos para a realidade brasileira.

Independentemente das diferenças regionais, Arne Holzhause, líder de Pesquisa Econômica do Grupo Allianz, afirma que não há dúvidas de que a situação macroeconômica induz condutas individuais de consumo e poupança. “Existem padrões e atitudes comuns que unem cada geração. No que diz respeito à poupança, as atitudes são moldadas pelas primeiras experiências”, explica o pesquisador. Assim, decisões como assumir um financiamento para comprar uma casa, abrir um negócio ou mesmo investir em ações (ou manter o dinheiro na poupança) podem conter um reflexo do ano em que cada um nasceu. “A geração Y foi recebida pelo mercado laboral durante a crise financeira mundial de 2008. Para essas pessoas, a perspectiva de alto endividamento é mais assustadora. Se há menos confiança de que as suas economias sempre crescerão, provavelmente sonharão menos alto”, pontua.

E NO BRASIL?

Por aqui, foram outros os eventos históricos e fatores estruturais que guiaram o comportamento econômico das diferentes gerações. Segundo Alex Nery, professor de Finanças na FIA Business School, a própria classificação das gerações apresenta limitações quando se quer entender a realidade nacional. Nery explica que, mesmo em uma mesma geração, há grandes diferenças. No caso dos *boomers*, quem nasceu em 1946 e começou a trabalhar aos 18 anos, em 1964, viveu um período de crescimento econômico acelerado, o chamado “milagre econômico”, com taxas de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 10%, o que nunca mais se repetiu. No entanto, quem nasceu em 1964, entrou no mercado nos anos 1980 e teve que lidar com uma inflação altíssima e dificuldades para o planejamento financeiro. Na década de 1980, ocorreram cinco planos econômicos, ao passo que em 1990, houve o confisco da poupança, com o bloqueio de dinheiro em várias aplicações financeiras.

Data de nascimento determina patrimônio? Quem começou a trabalhar no milagre econômico, ou depois do Plano Real, contou com mais previsibilidade e melhores oportunidades de acumular riqueza

Outra diferença importante é que o Brasil é um país mais desigual — e mesmo o milagre econômico não aconteceu para todos. “Nem todo mundo aproveitou esse período de expansão. Havia poucas pessoas com acesso à educação, muita gente ainda vivia em contextos rurais e as mulheres eram mais discriminadas ao trabalhar”, exemplifica o professor. Em resumo, a riqueza foi possível apenas para um grupo dos *boomers*. Se a década de 1980, no Brasil, foi marcada por alta inflação e diversos planos econômicos, criando um ambiente de instabilidade, as perspectivas melhoraram após o Plano Real, implementado em 1994. E os que ingressavam no mercado de trabalho depois desse período mais favorável eram, justamente, os *millennials* mais pobres, assim como os nascidos entre 1965 e 1980, os anos finais do que se demarcou como a geração X. “Foi uma época de estabilidade monetária e crescimento da renda, com a possibilidade de acúmulo de riqueza. O cenário positivo durou até 2007, porque, em 2008, veio uma crise e os juros subiram muito”, lembra Nery.

2008, O ANO DA RUPTURA

O fim da primeira década do século 21 foi marcado pelo que Holzhausen chama de “grande crise global”, que teve como estopim a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, iniciando um efeito dominó de falta de confiança que derrubou a economia global, com efeitos mais drásticos nos países ricos. Ainda assim, a renda per capita do brasileiro continuou subindo até 2013, quando, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), era de US\$ 15,886 mil anuais (cálculo em paridade com o poder de compra). Somente a partir de então, o Brasil entrou em recessão e a renda do trabalhador despencou. No fim de 2020, o salário médio anual havia encolhido para US\$ 15 mil.

Em qualquer lugar do mundo, o aumento das taxas de juros, provocado pelas sucessivas crises, encareceu os empréstimos. No entanto, na realidade brasileira, o crédito praticamente não existia na década de 1980. E, a despeito das flutuações ocasionais, houve, ao longo das décadas, um movimento de inclusão bancária, com as populações pobres, que antes usavam apenas papel-moeda, passando a ter contas, cartões e crédito. “Cartão de crédito era coisa para gente rica. Hoje, você abre uma conta pela internet com alguns documentos básicos e recebe o cartão em casa. A ‘bancarização’ fez com que mais gente tivesse acesso a crédito”, detalha Nery.

Desde que acompanhado de educação financeira, esse acesso pode promover o enriquecimento. O designer Raphael Lourenço Fonseca, de 32 anos, ilustra a parte da geração Y que, no Brasil, se beneficia desses empréstimos e pode fazer planos de longo prazo. Na sua família, ele foi o primeiro a ter casa própria. “Meus pais, tios e avós sempre viveram pagando aluguel. Todo o dinheiro que gastaram para ter onde morar nunca retornou”, pondera. Junto com a esposa, Fonseca decidiu comprar um imóvel por puro pragmatismo. “Fizemos as contas e percebemos que uma parcela de financiamento médio custaria, na época, aproximadamente o mesmo que o valor de um aluguel. Entendemos que um imóvel financiado tenderia a se valorizar com o tempo e poderia ser vendido ou alugado”, conta.

Fonseca, que começou a trabalhar aos 17 anos, pôde usar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagar a entrada de um apartamento na planta, em 2019, em São Paulo. O saldo devedor foi financiado em 360 meses pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Atualmente, a parcela é de cerca de R\$ 1 mil. “No condomínio onde moramos, há apartamentos com a mesma metragem alugados por até R\$ 3 mil por mês”, relata. Agora, o casal planeja se mudar para uma região melhor, talvez até sair da capital paulista, e faz contas para saber o que compensa mais: vender ou alugar o imóvel atual.

Uma voltinha pelas redes sociais, porém, revela que a oportunidade de Fonseca pode ser lida como exceção entre os pares da sua geração e da seguinte, a Z (nascidos a partir de 1995). Usando o humor dos *memes* — imagens estáticas, vídeos e textos que compartilham ideias, críticas ou apenas piadas —, são recorrentes os desabafos de “logo na minha vez de ser adulto, tudo ficou mais caro”, quando se trata, especialmente,

da compra da casa própria. A queixa tem fundamento. Os valores de venda de imóveis em São Paulo aumentaram 103% entre 1975 e 2015, o equivalente a uma modesta valorização média anual de 1,8% ao longo desses 40 anos, já descontada a inflação do período medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O grande salto, porém, veio depois disso. Um imóvel que valia R\$ 100 mil em 1995, corrigido apenas pelo IPCA, agora custaria cerca de R\$ 550 mil. Contudo, os preços dos imóveis têm subido acima da inflação. Pelo Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), essa mesma propriedade chega a R\$ 780 mil. E se aplicado o índice Fipe-ZAP, que usa os valores efetivos das transações imobiliárias, o valor ultrapassa R\$ 1 milhão — quase o dobro da correção pelo IPCA. Além disso, informalidade e instabilidade profissionais extinguem a ajuda preciosa do FGTS no momento de pagar a entrada. Outro símbolo de patrimônio, o carro, também ficou bem mais difícil de acessar pelos jovens de hoje do que era para os seus pais ou avós. Há cerca de dez anos, era possível comprar um carro zero-quilômetro por cerca de R\$ 30 mil. A realidade, agora, é totalmente diferente: o modelo mais barato do País, o Fiat Mobi, custa, na tabela, R\$ 71,99 mil.

MAIS QUE ECONOMIA

Há ainda fatores extraeconômicos que influenciam o acúmulo de riquezas, explica Nery, como a educação e a tecnologia. “Quantas pessoas podiam investir na Bolsa de Valores nos anos 1970 e 1980? Ainda há situações desiguais, mas também, sem dúvida, mais informação e perspectivas. Há centenas de vídeos no YouTube mostrando como fazer”, compara. Grande parte da geração Z, aquela nascida entre 1997 e 2012, ingressou no mercado de trabalho durante a pandemia, e ainda não está claro como essa experiência vai moldar seus padrões de obtenção de renda e construção de patrimônio no longo prazo. De qualquer forma, as pessoas continuam consumindo e investindo, enquanto as dinâmicas laborais se transformam — e todos esses fatores podem embaralhar a corrida pelo enriquecimento entre as gerações. “Antes, as empresas eram mais nacionais, muitas vezes familiares, criando relações de longo prazo. Atualmente, há menos segurança no emprego, mas surgiram novas profissões e possibilidades, principalmente para quem investe em educação continuada”, enfatiza. Segundo o professor, o mundo atual pode ser mais instável, porém oferece mais oportunidades. “A estabilidade de antes era boa para alguns, mas limitava o acesso de muitos. Hoje, ainda temos muita desigualdade, mas o cenário é mais dinâmico, cada um pode buscar conhecimento e adaptar-se para aproveitar as oportunidades”, conclui.

&



ERA DO COMPARTILHAMENTO

Se adquirir bens, como carros e casas, ficou mais difícil para as novas gerações, uma nova economia emergiu nos últimos anos. Sem carro? Chame um Uber. No entanto, a chamada economia compartilhada é um sistema que vai além da oferta de um serviço capaz de substituir o uso de um bem. Plataformas de gigantes como iFood, Airbnb e Uber fazem parte da rotina de quem compra e vende produtos e serviços. Essas empresas, que atuam em mercados diferentes, têm em comum a intermediação via tecnologia, que passou a promover o acesso a bens e atividades por um tempo determinado, sem que seja preciso comprar ou contratar a longo prazo. Essa maneira de consumir mudou também a forma de ouvir música, com os serviços de assinatura substituindo a comercialização de álbuns dos artistas.

É difícil determinar o tamanho desse mercado. De acordo com um estudo da consultoria PwC com companhias de cinco grandes áreas, essas empresas movimentaram cerca de US\$ 15 bilhões em 2013, 5,8% de seus respectivos mercados. Para 2025, a expectativa é que movimentem US\$ 335 bilhões, o equivalente a metade do faturamento de seus setores.

Embora tenham surgido com a ideia de compartilhamento, a maioria das plataformas cresce sem, de fato, incentivar a partilha,

mesmo que continuem usando esse discurso para atrair o público. Chamar de partilha o que é, na verdade, uma fonte primária de negócios e renda é *sharewashing*, um termo que indica uma maquiagem – ou seja, que esse compartilhamento está apenas na aparência. “Mesmo no BlaBlaCar, o seu marketing ainda aposta na narrativa de que é um aplicativo de carona, mas quem usa sabe que os motoristas são profissionais. É diferente de alguém que, em um fim de semana, foi para Búzios e resolveu oferecer carona para conhecidos na volta”, pontua Karine Karam, professora de Comportamento do Consumidor na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Segundo a professora, o que mudou foi que grandes *players* de tecnologia, aglomerando volumes de pessoas para oferecer e contratar serviços, tornaram-se intermediários que faturam milhões. “As narrativas são usadas para construir histórias de partilha, mas, num país com desigualdade social e falta de emprego, esses sistemas tornam-se o meio de sobrevivência das pessoas”, ressalta Karine. Para o usuário, a vantagem é também econômica. Em geral, fica mais barato chamar um carro de aplicativo do que um táxi e passar uns dias num apartamento de temporada do que num hotel. A coparticipação ficou em segundo plano, cedendo espaço para preço e conveniência serem os grandes motores do crescimento da nova forma de consumir.

JUROS ALTOS E ESCALADA DA DÍVIDA

Uma análise da política econômica do Brasil mostra um nítido conflito entre as áreas Fiscal e Monetária. A contínua expansão dos gastos públicos tem gerado uma pressão de demanda sobre a economia brasileira, obrigando o Banco Central (BC) a elevar os juros de forma substancial. A taxa real da Selic está em mais de 9% ao ano (a.a.) e a remuneração dos papéis NTN-B, aqueles indexados pela inflação, em 7,5%, somados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). São taxas inadmissíveis para rolar uma dívida elevada por um prazo longo.

Como consequência desse quadro, o déficit público nominal, que inclui juros, atingiu 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) — o segundo maior déficit do mundo, atrás apenas da Bolívia —, o que contamina a relação entre a dívida e o PIB, que encerrou 2024 em 76,1%. A média nos países emergentes situa-se próxima de 50%. Basta observar que as despesas com juros aumentaram 25% a.a. no atual governo.

Na medida em que a pressão de demanda esgota a capacidade ociosa que existia na economia, e o potencial de crescimento da oferta é limitado pela reduzida taxa de investimento (17% do PIB em 2024) e pela produtividade estagnada, as pressões inflacionárias são inevitáveis. As projeções para a inflação, em 2025, começam a convergir para quase 6%, quando o centro da meta é de 3%, e seu teto, de 4,5%. Assim, deterioram-se também, a cada semana, as estimativas para 2026, como mostra o boletim *Focus*, do BC. Na realidade, a literatura econômica

mostra que países com um setor público altamente endividado apresentam fragilidade fiscal incompatível com metas de inflação muito baixas.

Há uma relação clara entre despesas públicas e taxa de juros. Nos dois últimos anos, o gasto primário do governo central, que soma as contas da União, da Previdência e do BC, cresceu, em termos reais, 6% a.a., com uma taxa real média de juros de 7,4%. Como comparação, quando o gasto crescia anualmente 0,8%, a taxa real de juros era de 2,4%.

O modelo atual apresenta um quadro de desequilíbrio estrutural insustentável ao longo do tempo. Estamos caminhando para uma situação grave de evolução da relação entre dívida e PIB, que certamente vai passar de 80% no fim do atual governo. Enquanto isso, assistimos a discussões sobre se a meta de zerar o saldo primário em 2025 — com intervalo de 0,25% para cima ou para baixo — será cumprida. Na realidade, as análises deveriam focar em superávits primários da ordem de 2,5% a 3% do PIB para que fosse viável reduzir os juros e estabilizar a evolução da dívida.

A julgar pelas medidas anunciadas recentemente — uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), crédito consignado privado e medidas paraíscais —, fica claro que, ao contrário de promover um ajuste fiscal, o governo pretende recuperar a popularidade por meio do estímulo à demanda. Em outras palavras, está disposto a dobrar a aposta, o que significa dizer que continuaremos a conviver com taxas reais de juros absurdamente elevadas ao longo deste (e do próximo) ano.

Como o arcabouço fiscal mostrou-se ineficaz como solução para equilibrar as contas públicas, certamente terá de ser substituído por outro mecanismo. E está cada vez mais claro que a tarefa de lidar com a questão fiscal ficará para o próximo governo, seja qual for.

&



ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

BE

Em uma conjuntura política esvaziada de espírito crítico e cheia da impiedade de engajados, o melhor a fazer é parar para pensar a fim de não aprisionar o discernimento. As circunstâncias humanas, quando comparecem perante o tribunal de valores, melhor seriam se encontrassem pela frente quem considera virtude aprender antes de fazer, pois moderação e prudência valem mais do que inteligência e destemor. Política e justiça no nosso país distribuem a filhos brinquedos superiores à contrariedade que provocam.

Não temos uma nação de gênios, mas de contratos, de aparição que confere ao que vê as dimensões particulares dos interesses de cada um. Uma cegueira que conduz tudo à assimilação de opiniões “sim/não” como valor de julgamento eterno. Autoritário é quem nos tira do silêncio e nos obriga a dizer o que pensamos. Destruir um poder, ou defendê-lo, virou uma quimera abstrata que perpetua todos os crimes. A falta de estudo da gênese desse além do lugar em que vivemos, dessa fúria devoradora que nos domina, nunca nos levará à elevação da cultura democrática, mergulhados na divergência que nos obriga a um plebiscito todos os dias.

Ninguém realiza coisas boas sem condições de compreender a origem das coisas más. O bem não é fácil de discernir em uma época de tudo artificial e na qual a direção a princípios é o excesso de confusão que permite a tanta gente prosperar sem mérito. A noção de bem comum regrediu a um

O PODER ESVAZIADO DE SI MESMO

simplismo absoluto: a verdade é o que satisfaz as necessidades materiais dos que as necessitam, por carência total ou excesso insuficiente — ou dos que se calam diante das pressões circunstanciais das conjunturas política e eleitoral. Não se forma uma nação com tal conceito de bem comum. Tampouco com o desconhecimento do que seja o bem perfeito e autossuficiente para quem dá duro, trabalha, paga impostos, sobrevive à violência e nada sabe de privilégios do poder, nem está disposto a copiar a conduta dos que produzem tais infortúnios ao País.

Mesmo com o alerta de mais de 2 mil anos de que ninguém deve entrar em processo contra os poderosos para que não venha a cair em suas mãos — premonição bíblica desrespeitada por inúmeras autoridades no exercício dos seus poderes transitórios —, o vaivém da política brasileira provoca amnésia em muitos. O que os faz achar inéditas as decisões da Procuradoria-Geral da República (PGR), que, de tempos em tempos, informam aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) de que chegaram a uma opinião desfavorável a alguém que perdeu o poder? Uma sequência de culpados, recursos, embargos, penalizados, encarcerados e absolvidos fará parte do caleidoscópio de entrevistas e painéis enfadonhos ou agitados, colocando, de lados opostos, não duas verdades, mas dois slogans: Defesa da Democracia *versus* Perseguição Política.

A vida é uma dádiva declinante e ninguém poderá ser considerado feliz enquanto não chegar ao fim da sua travessia por ela. Assim é com os seres humanos que não são autoridades públicas. Para a justiça e a política, que cada vez mais deliberam sobre coisas incertas, é impossível prever o fim dessa figura de país fictício que estamos construindo, como improvisados navegadores que seguem por rotas sem olhar os astros e a bússola.

Para a maioria do nosso povo, que se vira sozinho na imensidão do mar de interesses que nos meteu a política e a justiça, o crescimento baixo, a comida cara e a violência barata continuarão as mesmas. E não serão apaziguadas com mais um espetáculo fervoroso que colheu uns (ontem) e outros (hoje), pois nunca esteve (ou está) onde se proclama estar.



PAULO DELGADO,
sociólogo, cientista político e diretor na FecomercioSP



EFEITOS DO CLIMA EXTREMO

Seis em cada dez empresas paulistas sentem impactos climáticos, mas maioria tem dificuldades de adotar práticas sustentáveis

De cada dez empresas paulistas, seis (64,5%) foram prejudicadas de alguma forma pelas mudanças climáticas no último ano — das chuvas excessivas que interromperam as operações ao calor intenso que afetou cadeias de fornecimento inteiras, por exemplo. Os dados são de uma sondagem realizada pelo Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que ouviu 200 empresas paulistas entre 27 de fevereiro e 21 de março.

Não é de se estranhar, então, que quase metade (44,5%) dos negócios relate prejuízos financeiros causados pelos efeitos adversos do clima — como queda nas receitas pelos dias parados ou reposição de mercadorias perdidas. Em 2024, o Estado de São Paulo experimentou, entre os meses de maio e agosto, a pior seca desde 1982, segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). No período, 60% das cidades paulistas vivenciaram seca extrema. Em outubro, em decorrência das

chuvas fortes, a capital ficou muitos dias sem fornecimento de eletricidade, somando um prejuízo de R\$ 2 bilhões para as empresas. No início de 2025, as tempestades voltaram a prejudicar o comércio de muitos municípios da região.

No primeiro semestre do ano passado, a FecomercioSP fez esse mesmo estudo na Cidade de São Paulo e descobriu que metade (51%) dos negócios paulistanos sofria consequências climáticas — da qual cerca de um terço (35%) contabilizou prejuízos.

Na edição de 2025, os empresários foram questionados também sobre a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em novembro, em Belém, no Pará. Da amostra, 36% já ouviram falar sobre o evento, mas sabem pouco a respeito do que se trata, ao passo que 47% não têm conhecimento algum sobre o tema. Ainda assim, 55% das empresas acreditam que pode haver resultados positivos da reunião, o que mostra que, mesmo sem domínio do assunto, alguns empresários arriscaram responder.



**CONHEÇA A AGENDA
VERDE DA FECOMERCIO-SP
POR ESTE CÓDIGO QR**

FALTA DE RECURSO

Apesar dos números elevados — e do fato de a maioria (61,5%) dos entrevistados classificar a questão climática como “muito relevante” —, o empresariado ainda encontra dificuldades para investir em sustentabilidade. Os dados da Federação apontam que 58% dos negócios no Estado de São Paulo não adotam qualquer tipo de ação para a redução de emissões dos gases que geram o efeito estufa, por exemplo.

Na leitura do Conselho de Sustentabilidade da Entidade, essa falta de medidas voltadas para a sustentabilidade acontece porque o empresário ainda não está consciente da própria força para colher melhorias ambientais coletivas, tampouco ainda dá-se conta de que essa é uma demanda inequívoca dos consumidores. Há a percepção de que os clientes até se interessam pelo tema, mas não topam pagar mais por produtos associados a pautas sustentáveis.

Mas não é só isso. A maior parte das empresas consultadas no estudo (40%) declarou que faltam recursos financeiros para injetar em práticas mais sólidas, enquanto outras 26% admitem não ter conhecimento técnico para ações desse tipo. São gargalos típicos de economias emergentes, em que a transição verde esbarra em limitações de capital e em falta de capacitação.

Por causa desses fatores, a FecomercioSP pontua que há um descompasso entre a conscientização ambiental do empresariado e a internalização de práticas sustentáveis. Essa divergência também pode ser percebida no universo de 15,5% dos negócios que implementam medidas, mas sem metas estipuladas, e outros 15% que estabelecem objetivos claros, mas não são de conhecimento público. Somadas as variáveis, 42% das empresas adotam alguma ação atualmente — o que não é de todo ruim.

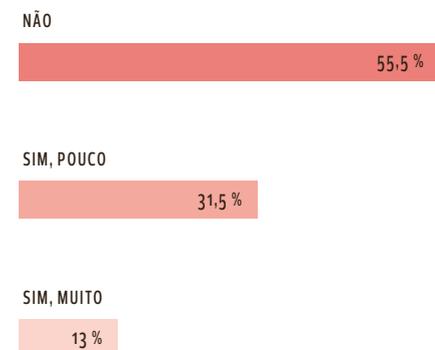
No entanto, quando questionadas acerca dos procedimentos que aplicam para a descarbonização do negócio, a maioria responde de forma simples: destinação de resíduos orgânicos à compostagem, realizada por 69% das empresas que disseram desenvolver alguma ação

sustentável. O uso de etanol na frota, em vez de gasolina, também é muito mencionado (79,8%). Ambas são excelentes condutas, porém, de baixo custo — diferentemente de práticas como geração da própria energia renovável ou uso de veículos híbridos ou elétricos, por exemplo.

Na avaliação do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, esses números revelam um cenário de transição em curso, a despeito da ambiguidade que persiste quanto às mudanças climáticas. De um lado, o reconhecimento de que essas transformações são reais e resultam em repercussões concretas sobre os negócios. De outro, muitos gargalos que impedem uma atuação mais efetiva — os quais incluem desde dificuldades com os custos operacionais até leis que não favorecem essa transformação de forma mais efetiva e rápida.

Nesse contexto, a FecomercioSP lançou, em abril, a sua Agenda Verde, elencando um conjunto de objetivos que a Entidade entende como as prioridades ambientais que o Brasil deve assumir até 2030.

O SEU NEGÓCIO SOFREU ALGUM PREJUÍZO FINANCEIRO DECORRENTE DE FATORES CLIMÁTICOS?



Fonte: FecomercioSP

**APENAS 36% DOS EMPRESÁRIOS
JÁ OUVIRAM FALAR DA COP30,
MAS SABEM POUCO A RESPEITO;
47% NÃO TÊM CONHECIMENTO
ALGUM SOBRE O TEMA**



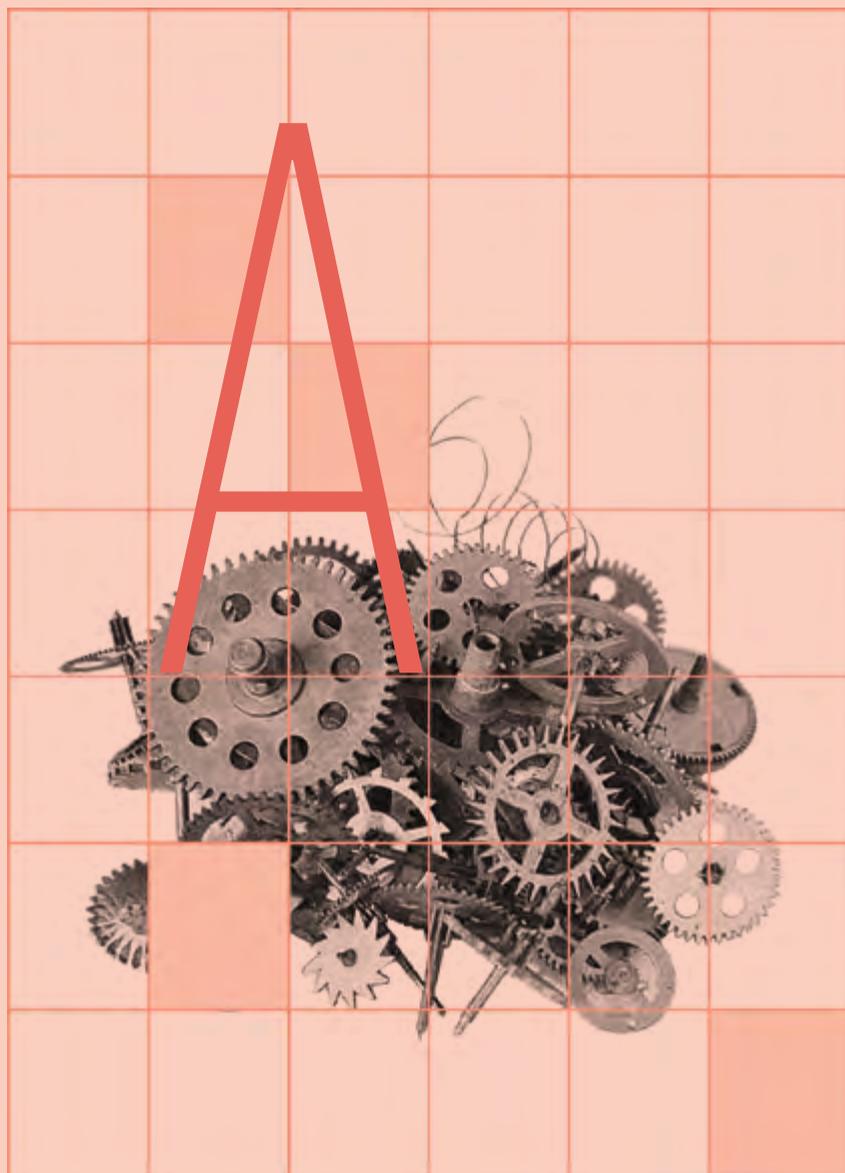


Ilustração: Priscila Gonzaga

DESAFIOS PARA O AVANÇO DA AGENDA ASG

As transformações globais e os desafios estruturais do Brasil nos impõem uma reflexão urgente sobre o papel das empresas na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e responsável. Em um mundo atravessado por desigualdades históricas, mudança climática e riscos crescentes para a democracia, o compromisso com a agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança) não pode ser encarado como uma escolha, mas como um imperativo ético e estratégico.

Ao longo dos últimos anos, temos observado uma pressão crescente para que o setor empresarial transcenda a lógica do curto prazo e dos resultados imediatos, abraçando uma visão sistêmica e de longo prazo. A sustentabilidade não é mais uma aspiração periférica, mas um elemento central na perenidade dos negócios, na competitividade global e na construção de valor compartilhado. No entanto, o avanço efetivo da agenda ASG enfrenta obstáculos que vão muito além dos desafios internos nas

empresas. Estamos falando de um contexto em que forças políticas e econômicas, no Brasil e no mundo, tensionam conquistas civilizatórias fundamentais, pondo em risco os direitos fundamentais, a integridade das instituições e a própria ciência.

O movimento de retrocesso que emerge em algumas economias centrais, como nos Estados Unidos, atinge diretamente pilares estruturantes das práticas empresariais responsáveis — iniciativas de diversidade, equidade e inclusão, políticas climáticas ambiciosas e compromissos com os direitos humanos vêm sendo questionados e fragilizados. Esse cenário, que repercute de maneira geral, demanda uma atuação ainda mais firme das empresas brasileiras, que devem se posicionar e influenciar ativamente o ambiente de negócios, protegendo e ampliando os avanços obtidos nas últimas décadas.

No Brasil, temos uma conjuntura que oferece oportunidades únicas. Somos uma nação com a biodiversidade mais rica do planeta e uma

sociedade civil engajada na promoção das justicas social e ambiental. Além disso, contamos com um arcabouço jurídico que se torna cada vez mais um diferencial competitivo em um mundo em reconfiguração. Esse conjunto de fatores posiciona o País como uma liderança natural na agenda de desenvolvimento sustentável e no fortalecimento de uma economia inclusiva e de baixo carbono.

Nesse contexto, as empresas precisam compreender que a responsabilidade socioambiental não é um desafio isolado, mas um chamado à ação coletiva, exigindo que as lideranças empresariais estejam dispostas a rever estratégias, alinhar as operações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atuar em coalizões multissetoriais que estimulem soluções concretas e de impacto positivo. A gestão responsável, além de se mostrar um vetor de inovação e competitividade, é a única alternativa viável para garantir a resiliência de negócios e territórios em um mundo marcado por crises socioambientais cada vez mais frequentes.

Temos pela frente, no Brasil, principalmente com a realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), um ponto de inflexão. O encontro será uma chance histórica para que o País e, especialmente, o setor privado demonstrem ao mundo que é possível conciliar geração de valor com a promoção de direitos e a preservação do planeta. Mas a liderança das empresas somente será legítima se for acompanhada por ações concretas que contribuam para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da democracia.

É necessário, portanto, que as empresas abandonem, definitivamente, a zona de conforto e encarem com seriedade os desafios da agenda ASG. Isso significa incorporar a sustentabilidade ao núcleo das decisões estratégicas, atuar de forma transparente, combater todas as formas de discriminação e iniquidades e exercer influência positiva na construção de ambientes regulatório, político e cultural favoráveis a um desenvolvimento sustentável e justo.

A sustentabilidade não é mais uma aspiração periférica, mas um elemento central na perenidade dos negócios, na competitividade global e na construção de valor compartilhado

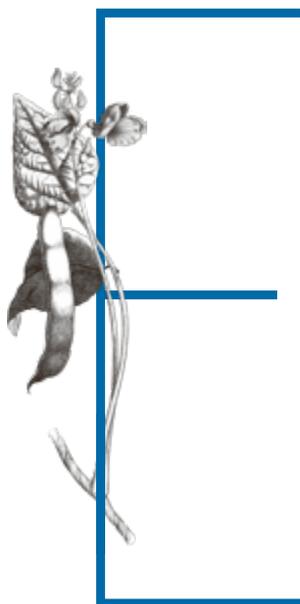
Tão importante quanto agir é enfrentar a tentação do silêncio diante das ameaças à agenda ASG. Em um momento em que retrocessos ganham terreno e discursos negacionistas amplificam-se, também é responsabilidade das empresas reafirmar publicamente o compromisso com os princípios democráticos, com os direitos humanos e com a preservação ambiental. A voz do setor empresarial tem peso e pode ser decisiva para influenciar opiniões, proteger conquistas e fortalecer o pacto social em torno da sustentabilidade. Esse compromisso passa, obrigatoriamente, por uma abordagem transversal dessa agenda. Empresas que trabalhem de maneira compartimentada, sem perceber as interdependências entre clima, direitos humanos e ética, limitam o alcance e a profundidade de sua influência positiva.

No Instituto Ethos, temos clareza de que este é um caminho sem volta. Sabemos que retroceder não é uma opção, bem como que avançaremos somente se unirmos esforços, articulando setor privado, sociedade civil, governos e demais atores sociais em torno de uma visão comum de futuro. O mundo está em transformação — e o Brasil tem um papel central nesse processo. As escolhas que fazemos hoje, como lideranças e sociedade, definirão o legado que deixaremos para as próximas gerações.



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*





SEMENTES DO FUTURO

texto DIEGO SARTORATO

O BRASIL É O MAIOR EXPORTADOR DE ALIMENTOS DO MUNDO. POR ISSO, É PRECISO URGENTEMENTE BUSCAR FORMAS DE MINIMIZAR OS EFEITOS DO AQUECIMENTO GLOBAL SOBRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA – SOMENTE AS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL CAUSARAM PERDAS DE R\$ 3 BILHÕES. ISSO SIGNIFICA TAMBÉM PRESERVAR A SEGURANÇA ALIMENTAR DE UMA POPULAÇÃO DE 215 MILHÕES DE PESSOAS E GARANTIR A PRODUTIVIDADE DE UM SETOR RESPONSÁVEL POR UM QUARTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).

E se houvesse uma forma de adaptar e preservar sementes das mais variadas espécies para que sobrevivam a intempéries e pragas ao longo do tempo? O que parece ficção distópica já é realidade há quase 50 anos no Banco Genético da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A companhia aplica ciência de ponta num acervo que funciona como um seguro para produtores rurais de todos os portes diante de cenários como ondas de calor, mudanças radicais no regime de chuvas, seca e perda de nutrientes no solo. “O programa de recursos genéticos da Embrapa, composto por centenas de coleções, preserva ativos estratégicos fundamentais para o Brasil”, explica o agrônomo Juliano Pádua, supervisor do Banco Genético. “Nosso acervo auxilia diretamente o desenvolvimento de cultivares mais resilientes e adaptados aos novos cenários climáticos. Da mesma forma, o material genético animal conservado é muito importante para o melhoramento de raças”, complementa. Além de sementes, a Embrapa também armazena amostras genéticas de animais e microrganismos, uma verdadeira arca do tesouro de DNA. No total, estão distribuídos, pelo Brasil, 164 bancos de vegetais, 59 coleções de conservação animal e 25 acervos de microrganismos.

Os desafios são variados. Em um artigo divulgado pela Associação Brasileira de Estudos Regionais (Aber), a professora Viviani Silva Lírio e a doutoranda Gislene Joselita de Souza Fonseca, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), afirmam que os efeitos das mudanças climáticas na segurança alimentar são complexos e multifacetados, e o Brasil, como um dos maiores produtores agrícolas do mundo, lida com desafios específicos. “As mudanças climáticas podem levar a uma redução significativa das áreas adequadas para a produção de grãos, essenciais para a segurança alimentar”,

pontuam as pesquisadoras. Ainda segundo o artigo, a vulnerabilidade do setor agrícola é agravada pela dependência de práticas tradicionais, que podem não ser resilientes às novas condições climáticas.

As acadêmicas alertam que os problemas causados pelo clima para a produção de alimentos podem dar início a um círculo vicioso, com consequências diretas na saúde da população. “As mudanças climáticas afetam a segurança alimentar por meio de efeitos indiretos, como flutuações nos preços da comida, redução dos meios de subsistência e aumento da desnutrição”, destacam. A variação nos preços pode limitar o acesso a alimentos, especialmente para populações de baixa renda, enquanto a deterioração das condições de saúde, em decorrência da desnutrição, compromete o aproveitamento adequado dos nutrientes disponíveis.

Considerando apenas a produção brasileira de grãos, em 1977, foram registradas 47 milhões de toneladas, que se expandiram para 312 milhões de toneladas atualmente. A produtividade agrícola aumentou 58% desde 2000 — no mesmo período, o crescimento foi de 37% nos países emergentes e de 32% nas economias avançadas.

QUASE ‘CINQUENTÃO’

Criado em 1976 sob o nome oficial de Coleção de Base de Germoplasma-Semente (Colbase), o Banco Genético da Embrapa reúne, hoje, mais de 150 mil amostras de aproximadamente 1,1 mil espécies, abrangendo grandes culturas agrícolas, como arroz, feijão, soja, milho e trigo, além de espécies nativas brasileiras de interesse ecológico. Segundo Pádua, do Banco Genético, após visitar vários bancos ao redor do mundo, a equipe da Embrapa identificou a necessidade de se estabelecer uma infraestrutura para conservar cópias de segurança das amostras mantidas pela



País produz o suficiente para alimentar 900 milhões de pessoas, 11% da população global

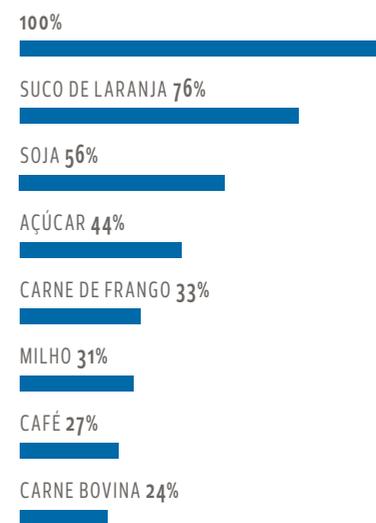
empresa. Ao longo dos anos, o sistema de conservação de recursos genéticos evoluiu, agregando à conservação de sementes a criopreservação — técnica que usa o congelamento mediante temperaturas muito baixas para conservar materiais biológicos — de plantas e as conservações animal e de microrganismos.

Para garantir a longevidade das amostras, as sementes são dessecadas para reduzir o teor de umidade a 5% e armazenadas a 18°C negativos, o que garante a viabilidade de germinação por décadas. Para espécies que se propaguem vegetativamente, ou seja, sem sementes — como a batata, o morango, a cana-de-açúcar e a mandioca —, são utilizadas técnicas de conservação *in vitro* e de criopreservação de mudas em nitrogênio líquido a 196°C negativos. “Na conservação *in vitro*, são utilizadas técnicas de cultura de tecidos. Um fragmento da planta é mantido em um tubo de ensaio com um meio de cultura que fornece nutrientes, mas que também garante que seu crescimento seja lento. Assim, é possível conservar plantas por meses ou até mesmo alguns anos”, descreve Pádua.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Embrapa mantém intercâmbio de conhecimento com diversos bancos internacionais que fazem parte do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa para a Agricultura (CGIAR), composto por centros de pesquisas de todo o mundo. Essas parcerias envolvem do intercâmbio de material genético ao desenvolvimento e à avaliação de novos cultivares. “Muitos espécimes coletados no Brasil são encaminhados para o Banco Mundial de Sementes de Svalbard”, conta o agrônomo. O silo norueguês, localizado em uma ilha próxima ao Polo Norte, é o maior desse tipo no mundo. Lá estão mais de 23 mil amostras coletadas no Brasil. Há ainda acordos entre a Embrapa e o Centro Internacional de la Papa (CIP) — responsável por conservar e desenvolver tecnologias relacionadas a batata, batata-doce e outras raízes e tubérculos, e que concedeu à instituição pública a responsabilidade de conservar cópias de segurança —, bem como o Centro Internacional de Agricultura Tropical (Ciat), o Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT) e o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI).

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES GLOBAIS



Fonte: BTG Pactual



INTERNAÇÕES SEM EFEITO

PESQUISAS BRASILEIRAS SINALIZAM QUE MAIORIA NA CRACOLÂNDIA
JÁ FOI INSTITUCIONALIZADA — ALGUMAS PESSOAS, DEZENAS
DE VEZES —, MAS SEGUEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Há algum tempo, cientistas brasileiros de várias áreas do conhecimento têm se dedicado a tentar compreender a cracolândia — nome popular para uma região no centro da Cidade de São Paulo onde se concentra uma cena aberta de uso de crack, marcada pela presença de pessoas em situação de rua — e a pensar em formas de lidar com a questão de maneira efetiva. Dentre os dados das pesquisas, um ponto em comum se destaca: as internações dos usuários da droga são recorrentes e limitadas e não funcionam do ponto de vista das políticas públicas.

Uma das pesquisas mais recentes a se debruçar sobre o tema, publicada no fim de 2024 pelo Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas (NEB/FGV), pelo Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (CEM/USP) e pelo Cócix, grupo de estudos (in) disciplinares do corpo e do território, viu que a maioria dos moradores da cracolândia tem longa trajetória de internações e se desloca repetidamente pela região.

Os pesquisadores ouviram 90 pessoas da localidade e mostraram que mais de 90% dos entrevistados usam crack (os demais relatam uso de bebidas alcoólicas) e que 69% dormem efetivamente nas ruas, embora parte se abrigue, de forma intermitente, em hotéis ou pensões do entorno. Os resultados estão no relatório A “Cracolândia” pelos Usuários: como as Pessoas que Vivem nas Ruas do Território Percebem as Políticas Públicas. A pesquisa se soma a um conjunto de evidências e publicações acadêmicas sobre aquela região, apontando que o cenário era, permanece e continuará desafiador.

“Os dados mostram uma relevante aderência das pessoas às internações, contrariando um discurso geral que diz que elas não querem se tratar”, diz Amanda Gabriela Amparo, do Cócix. A maioria (78%) tem entre 30 e 49 anos de idade e 81% se identificam como negra ou parda, evidenciando o componente de desigualdade racial. Outro dado é que 7 em cada 10 entrevistados já passaram por pelo menos uma internação, e há casos em que alguns chegaram a se internar mais de 30 vezes. Dois terços dos entrevistados disseram realizar algum tipo de atividade para gerar renda, principalmente coleta de recicláveis, comércio informal ou “bicos” esporádicos.

Essas informações dialogam com um levantamento anterior realizado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e publicado em 2022 no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*: 46,9% das pessoas que vivem no chamado “fluxo” relataram não ter moradia fixa havia anos, enquanto 50% tinham moradia instável e 60,4% estavam desempregadas. Ademais, 87,8% desse público sofrem de transtorno por uso de álcool associado ao consumo de crack e mais da metade já apresentou sintomas psiquiátricos significativos — reforçando o retrato de um contexto de pobreza extrema, vulnerabilidade social e barreiras de acesso a serviços de saúde.

Um grande problema, segundo o relatório e outras pesquisas, é a recorrência e as limitações de internações dos usuários. Muitas vezes, não incluem suporte pós-alta nem acompanhamento social duradouro. Também há denúncias de condições precárias: faltam abordagens focadas



em redução de danos e, frequentemente, a abstinência é forçada e se dá em ambientes comparados pelos próprios usuários com “prisões”. Com isso, após dias ou semanas, a maior parte retorna às ruas e ao uso de drogas.

Programas inovadores de redução de danos e geração de renda como o De Braços Abertos (2014–2017) foram descontinuados, deixando lacunas nesse sentido, a despeito dos problemas. O projeto oferecia moradia provisória e oportunidades de trabalho, em vez de focar exclusivamente em internações e abstinência. Segundo uma análise publicada nos *Cadernos de Saúde Pública*, em 2020, de pesquisadores das universidades federais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, um dos problemas do programa era a convivência compulsória com o crime organizado, que, de certa forma, enfraquecia as ações. De positivo, houve melhora nos indicadores de saúde física e mental e na retomada de vínculos familiares. “O esfacelamento do De Braços Abertos mostrou, num quadro comparativo com as situações anteriores e o contexto atual, que o programa deixou uma importante herança no que se refere à luta pela inclusão de grupos marginalizados em situação de fragilidade social”, escreveram os autores.

Ainda falando sobre saúde, também houve um importante aprendizado no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que são fundamentais por oferecer atendimento multidisciplinar e acolher no território onde as pessoas circulam. Em estudo de 2003, publicado na *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, acerca do manejo de crises nos Caps Álcool e Drogas (Caps AD) — que funcionam 24 horas —, notou-se que

86,6% das situações emergenciais de usuários foram resolvidas ali mesmo, sem necessidade de internação psiquiátrica prolongada. Para boa parte dessas pessoas, a relação cotidiana com os profissionais de saúde num espaço conhecido (em vez de uma internação numa clínica distante) pode aumentar a adesão ao tratamento.

A efetividade do Caps depende de suporte contínuo (recursos, profissionais capacitados, leitos de acolhimento noturno etc.), bem como de articulações com outros serviços (assistência social, habitação, entre outros). Se faltam vagas ou equipes, perde-se a capacidade de acompanhar casos graves de forma sistemática, o que perpetua o problema na região. Segundo alguns analistas, é possível que a conjuntura política atual provoque essa situação. “O aumento da presença policial e os esforços para trazer a sede do governo estadual ao centro podem agravar ainda mais a situação, afastando qualquer perspectiva de solução”, diz Giordano Magri, da FGV, que liderou o novo relatório. O pesquisador ressalta que, mesmo com a sensibilidade sobre o tema, há poucas propostas concretas relacionadas à cracolândia que ultrapassem a lógica repressiva.

Pesquisas que discutem a condição das mulheres em situação de rua na região, como uma liderada por pesquisadoras da USP e publicada em 2020 na revista *Salud Colectiva* apontam ainda para experiências de violência sexual e necessidade de serviços especializados em saúde reprodutiva. Há, portanto, uma demanda para que políticas de assistência e de saúde reconheçam vulnerabilidades específicas e ofereçam acolhimento sob medida, sem reforçar estigmas ou

preconceitos. “A associação entre uso de drogas e incapacidade para o cuidado autônomo em seus modos de viver repercute na noção, bastante difundida socialmente, de que as mulheres usuárias de drogas não teriam a capacidade de cuidar dos próprios filhos, o que gera muita discussão no campo da formulação de políticas sobre a intervenção estatal de acolhimento e tutela de meninos e meninas”, afirmam as autoras no artigo.

Por fim, as entrevistas do estudo de 2024 sobre a cracolândia reforçam o desejo de participar ativamente das decisões que dizem respeito ao território. De acordo com os pesquisadores, políticas isoladas ou puramente repressivas não vão resolver a situação do local. A aposta é em estratégias que incluam programas habitacionais, assistência de saúde mental contínua, oportunidades de trabalho ou renda e redução de danos — sem perder de vista os direitos humanos. Do contrário, as repetidas internações, a repressão violenta e a circulação constante de pessoas pela região tendem a persistir, perpetuando o quadro de precariedade.

Apesar do cenário desolador, há estratégias possíveis e caminhos a serem integrados. Meta-de dos entrevistados da pesquisa mantém contato regular com as famílias, indicando que laços sociais existem e podem ser trabalhados nos processos de ressocialização e no estímulo a práticas mais saudáveis. Vários moradores do fluxo falam em cooperativas, cursos profissionalizantes e acesso à habitação digna como pontes para abandonar o uso de drogas.

SOBRE A BORI

A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas, de todo o território nacional, preparados, por nós, para atender à imprensa. Acesse www.abori.com.br.



PB



texto DIMALICE NUNES

Para ler

PÓS POEMAS

Augusto de Campos — *Perspectiva*



Seria a despedida de um dos maiores nomes vivos da literatura brasileira? Aos 94 anos, Augusto de Campos acaba de lançar *Pós poemas* e foi em seu perfil no Instagram — o qual mantém bem ativo — que o autor anunciou tratar-se de seu último livro. A conexão com o contemporâneo não está apenas na atividade nas mídias sociais: o

título remete à pós-modernidade e inclui as *fake news* entre os temas. Da costura impecável entre palavra e imagem, forma e conteúdo, a poética de Campos permanece firme sobre pilares como a crítica social e o exercício criativo. Boa parte do volume de 122 páginas é formado por trabalhos realizados após o último lançamento, além de três obras inéditas em livro produzidas em 1967, 1968 e 1970. Poeta, ensaísta e tradutor, ele é um dos pais do concretismo, marcando a história da arte brasileira ao lado do irmão, Haroldo. Ainda segundo Campos, a nova edição encerra a tetralogia formada por *Despoesia* (1994), *Não* (2003) e *Outro* (2004).

Para ver

ESPELHO DO PODER

Sesc Paulista (grátis) — até 3 de agosto



Exposição concebida como um show audiovisual pela dupla de artistas Bárbara Wagner & Benjamin de Burca especialmente para o Sesc Avenida Paulista. Com curadoria geral de Clarissa Diniz e curadoria de acessibilidade e coordenação do projeto educativo pelo coletivo

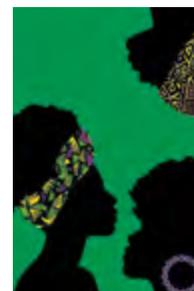
alingua, a mostra parte de uma reflexão sobre as políticas do olhar e as práticas de espelhamento presentes nos filmes *Swinguerra* (2019) e *One Hundred Steps (Cem degraus)*, 2020).

Para ler

A CONTAGEM DOS SONHOS

Chimamanda Ngozi Adichie — *Cia. das Letras*

Depois do hiato de uma década, Chimamanda Adichie — uma das autoras mais aclamadas da geração 2000 — volta ao romance, gênero que lhe deu fama e a tornou *best-seller* com *Americanah* (2014). A nova obra, *A contagem dos sonhos*, mistura ficção e autobiografia ao narrar a história de quatro mulheres: Chiamaka, escritora de livros de viagem que vive nos Estados Unidos e se vê às voltas com a solidão durante a pandemia; Zikora, a sua melhor amiga, advogada bem-sucedida que busca se reerguer de um coração partido; Omelogor, prima de Chiamaka, executiva de finanças na Nigéria; e Kadiatou, empregada de Chiamaka, que cria, orgulhosa, a filha nos Estados Unidos. Mulheres com origens e destinos distintos que refletem sobre as próprias escolhas mas, principalmente, sobre as escolhas feitas por outros em nome delas.



Para ouvir

GAL COSTA (COMPACTO DE 1972)



A Universal Music revelou, agora — ano em que Gal Costa completaria oito décadas —, um segredo guardado há 53 anos. Gravado em São Paulo, o EP *Gal Costa (Compacto de 1972)* traz as canções *A morte* (Gilberto Gil), *Vale quanto pesa* (Luiz Melodia) e *O denego que a nega tem* (Dori-

val Caymmi) em um registro histórico de uma das mais belas vozes da música brasileira. De início, as músicas faziam parte do roteiro do show *Até 73*, estrelado por Gal com Gil em maio de 1972. Em junho, a cantora entrou no Estúdio Eldorado para gravar as três faixas do EP, que entraram depois no *line-up* do álbum *Gal a todo vapor*. A novo single chegou sem alarde ou aviso prévio, surpreendendo os fãs da cantora, que nos deixou em 2022. Chamam a atenção as qualidades técnica e artística do *single*, disponível nas plataformas de áudio.

O DIREITO À LITERATURA

A literatura é um produto cultural de um contexto e de um tempo demarcados. Em alguns casos, essa arte — embora ficcional — ajuda a entender os problemas e as vicissitudes da condição humana, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos nossos dramas tão hodiernos e tão existenciais. Por isso, é fundamental o direito à literatura.

Em 1988, no cenário da Constituinte brasileira que estava em discussão, o historiador e crítico literário Antonio Candido escreveu o seu ensaio *O direito à literatura*. Na época, a circunstância histórica era bem específica: recente fim do regime civil-militar, marcado pela terrível prática institucionalizada da censura, pelos mais diferentes atentados aos direitos humanos cometidos por agentes do Estado e pela violência gerada por todo esse clima.

Essa conjuntura levou Candido, então professor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), a realizar uma conferência, em sessão plenária do Congresso Nacional, e defender a tese de que a literatura era um dos direitos humanos. Deve-se considerar que esse tema — naquele momento histórico em que se havia deixado para trás o antigo regime de exceção — era urgente, em todos os âmbitos da vida brasileira, pois, no bojo das medidas aprovadas pela Assembleia Constituinte, estavam o fim da censura e da tortura e a defesa intransigente da liberdade de expressão. Em seu texto, Candido defendia que a literatura humaniza e transforma o ser humano, e eis o que ele compreendia por humanização literária: “Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres”.

O crítico é claro nas suas ideias, enfatizando que não podemos ceder às forças que desumanizam o homem e a sociedade. Nisso está o papel positivo das expressões artísticas, particularmente a literatura, pois esta “desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. Nesse afã, sabemos do papel poderoso da ficção, pois esta, ao contrário de ser concebida como uma simples mentira, deve ser vista como uma criação. Sim, a ficção semeia um outro mundo possível ao propor uma nova concepção da verdade, já que existe uma verdade da/na ficção.

Neste artigo, consideramos a ficção nos mais diferentes tipos de gêneros literários: narrativa, poesia e drama — a classificação básica aristotélica, pois esta é ampla e abrangente. E Candido apresenta os efeitos e sintomas (sempre nefastos) de uma sociedade sem acesso à literatura, particularmente a nossa: “O que há de grave numa sociedade como a brasileira é que o homem simples do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas”.

Concordamos com as ideias e propostas do eminente crítico literário, formador de tantas gerações nos cursos de Letras da USP e de outras instituições. É mister que os poderes públicos, especialmente as secretarias de Educação das diferentes instâncias das administrações municipais, estaduais e federal, garantam políticas e ações práticas para a formação de leitores. É também importante que a iniciativa privada faça a sua parte. Infelizmente, o livro impresso, no Brasil, é um dos mais caros do mundo! Não é raro testemunharmos valores exorbitantes cobrados por editoras e livrarias, dificultando o acesso de muitos a esse bem que ajuda a dar sentido à nossa caminhada — a literatura em suas mais diferentes expressões.



LEANDRO GARCIA,
professor na
Faculdade
de Letras da
Universidade
federal de Minas
Gerais (UFMG)
e presidente
da Academia
Petropolitana de
Letras (APL)

&

Há 80 anos, a rendição do Japão pôs fim à Segunda Guerra Mundial, uma das maiores tragédias da história recente da humanidade. Acordos entre os polos dominantes redesenharam o mapa-múndi e nasceu uma nova era, polarizada, com regras inéditas de convivência entre as potências. No Brasil, o Estado Novo perdia as bases de apoio e palavras como “redemocratização”, “modernização” e “planejamento” entravam na ordem do dia pela busca por um novo modelo de nação.



1945

O ANO QUE MUDOU O MUNDO

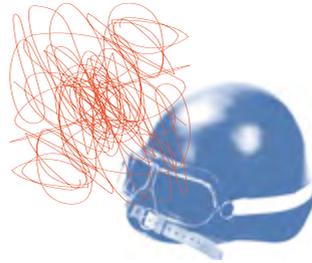
texto
HERBERT CARVALHO

ilustração
ANNIMA DE MATTOS
E PRISCILA GONZAGA

No dia 2 de setembro de 1945, após ter sido golpeado por duas bombas atômicas que destruíram as cidades de Hiroshima e Nagasaki, o Japão rende-se e a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. A Europa perde definitivamente a posição hegemônica e as suas últimas colônias logo conquistam a independência. As supremacias econômica e militar mundiais passam a ser disputadas entre Estado Unidos e União Soviética.

Abre-se também um novo período na história brasileira. A ditadura do Estado Novo, instaurada em 1937, já não tem bases de apoio. Em 29

de outubro de 1945, o então presidente, Getúlio Vargas, é deposto pelas Forças Armadas — que, paradoxalmente, haviam sido o fiel da balança do seu regime. Palavras como “redemocratização”, “modernização” e “planejamento” entram na ordem do dia em busca de uma remodelação do Estado. A experiência vivida na Europa pelos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ao lado de militares aliados bem nutridos, equipados e treinados, deixa marcas profundas num país atrasado que começa a se ver como subdesenvolvido.



Antes mesmo que se instale a Assembleia Constituinte, em 1946, o Brasil que sai do Estado Novo apoia-se na sua legislação trabalhista para industrializar-se e modernizar-se. Ao mesmo tempo, inspirada pelo New Deal, implantado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos durante os anos 1930, a ideologia do planejamento encontra terreno fértil no País. Os obstáculos, porém, são muitos, como as chagas da fome, do analfabetismo, do latifúndio e da politicagem dos coronéis, fatores infelizmente ainda presentes hoje em dia, em pleno século 21.

PAÍS DO FUTURO

O modelo de substituição de importações, que ganhara força durante a guerra, alcança outro patamar com a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, ponto de partida para uma industrialização mais ampla. Em paralelo, o êxodo rural impulsiona a forte imigração interna, sem que as cidades estivessem preparadas para receber a massa de novos habitantes. Como consequência, multiplicam-se cortiços e favelas, num forte movimento de periferização das metrópoles em expansão.

Novos ordenamentos jurídico e político começam a ser esboçados para dar funcionalidade às transformações econômicas e sociais que se avizinham. Pouco antes de ser derrubado, Vargas decreta anistia aos presos políticos e marca a data das eleições, e os partidos que dominaram a cena republicana nos anos seguintes organizam-se. Livre após oito anos no exílio e nove na cadeia, o líder comunista Luís Carlos Prestes anuncia, para surpresa geral, uma reviravolta na posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e declara apoio incondicional ao governo. Três partidos galvanizam o apoio popular.

Na oposição, a União Democrática Nacional (UDN) reúne o antigetulismo feroz, abrigando elites regionais; a fina flor dos homens de negócio, industriais e cafeicultores do Estado de São Paulo; e o *establishment* das camadas médias

urbanas. Defensora do regime democrático com uma das mãos, com a outra a UDN cozinha golpes de Estado em banho-maria — os seus membros foram incapazes de ir além de uma visão moralista da vida pública.

O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos criados por Vargas, são as outras duas grandes agremiações do período 1946–1964. O primeiro busca capitalizar os 15 anos em que deteve o controle político dos interventores nas unidades da Federação. Partido de profissionais, a sua única finalidade é a de obter e manter o poder, combinando a contagem dos votos recebidos com uma bem calculada repartição de cargos e recursos públicos — como ainda faz o Centrão no chamado presidencialismo de coalizão. “Entre a *Bíblia* e *O Capital* [de Karl Marx], o PSD fica com o *Diário Oficial*”, dizia Tancredo Neves, pessedista da mais alta estirpe. Por outro lado, o PTB é o partido de massas, estruturado por uma mescla de sindicalistas e funcionários públicos, do qual se valeu Vargas para voltar ao poder pelo voto, em 1950.

Todavia, em 2 de dezembro de 1945, não são políticos que disputam a Presidência da República, mas dois militares da ativa, com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, eleito pela aliança PSD–PTB, sobre o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN. Desastre total, o governo Dutra dilapida as reservas cambiais acumuladas durante a guerra, com uma política conhecida como “a farra dos importados”, que invade o Brasil com artefatos supérfluos, ou inúteis, de plástico e alumínio. Nas relações internacionais, a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, que se arrastou até os anos 1990, progressivamente congela o Brasil como nação vassala do bloco capitalista ocidental, tendo os Estados Unidos a sua principal influência política, econômica e militar. Em outubro de 1947, o Brasil rompe relações com a União Soviética e o PCB tem o registro cassado.

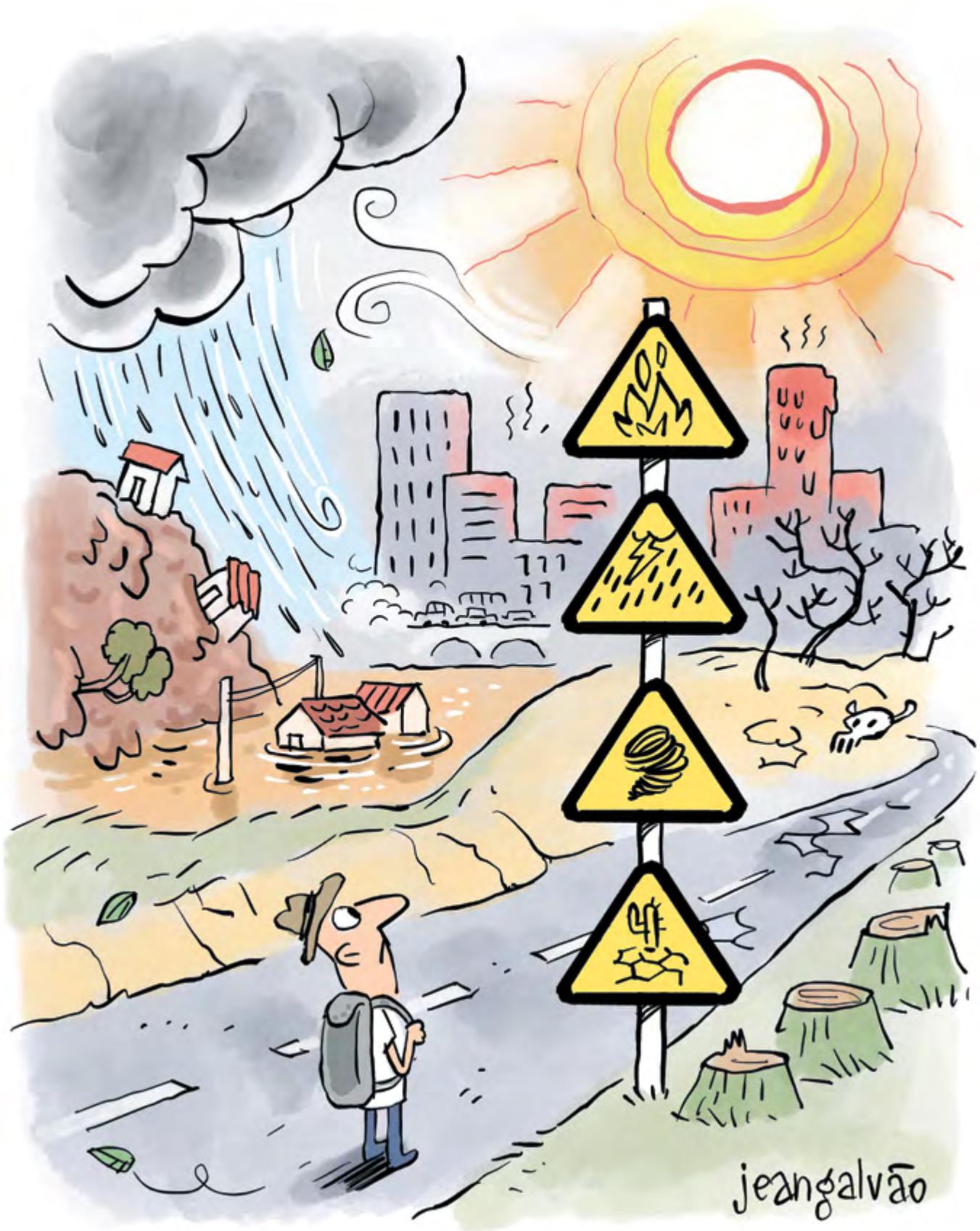
PODER CULTURAL

Como legado, resta um grupo de artistas e intelectuais de prestígio vinculados ao PCB, que teriam protagonismo na modernização nacional a partir da década de 1950: artistas plásticos como Candido Portinari e Di Cavalcanti; arquitetos com o talento de Vilanova Artigas e Oscar Niemeyer; escritores com o peso de Graciliano Ramos e Jorge Amado; compositores como Dorival Caymmi, Mário Lago e Wilson Batista; e cantores populares como Nora Ney e Jorge Goulart.

O patrimônio cultural que o Brasil exhibe ao fim da guerra não é, de modo algum, desprezível. O cinema nacional dá os primeiros passos para competir com a avassaladora presença das produções estadunidenses. A música popular ganha espaço com o surgimento de cantores e compositores. Duas canções são simbólicas do período: *Carinhoso*, de Pixinguinha, cantada por Orlando Silva, e o samba-exaltação *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, gravado por Francisco Alves. Lá fora, Marlene Dietrich cantava em português *Luar do sertão*, de Catulo da Paixão Cearense, e *O mar*, de Caymmi.

O ensino público de qualidade floresce a partir das ideias de educadores defensores de uma escola democratizante e laica, como Anísio Teixeira. A Igreja Católica perde, assim, o monopólio das consciências que deteve desde os tempos da colônia e do Império. O Brasil, enfim, chega à década de 1950, os “Anos Dourados” do capitalismo pós-guerra, ostentando a democrática Constituição de 1946 — que, entretanto, contém fragilidades logo evidenciadas, como a exclusão do direito ao voto dos analfabetos, a não incorporação dos trabalhadores rurais à legislação trabalhista e a interferência cada vez maior dos militares nos rumos da República. Percalços no lento processo de modernização do País, que segue em curso sem perspectivas de superação das mazelas seculares.



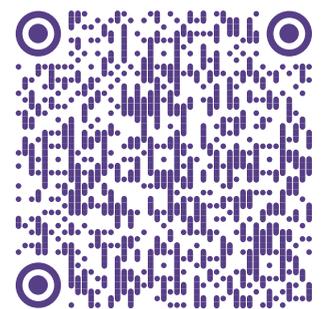


**A ciência
transforma
a sociedade.**

**Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.**

bori

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

PRÓXIMA PARADA

Embarque

Empresário, embarque na economia com o VT Certo!

Com o **VT Certo**, os associados **FecomercioSP** e as empresas que **pagam a contribuição sindical** desembolsam apenas R\$ 5,20 por viagem no vale-transporte de metrô dos funcionários.

É uma redução de R\$ 0,50 por viagem, representando uma economia de, pelo menos, R\$ 264 por pessoa em um ano.

Aí, você pode fazer as contas...
Sem dúvida, estamos falando de um excelente negócio para a sua empresa.

Até porque a contratação do VT Certo é gratuita!



Saiba mais e confira todas as vantagens do VT Certo usando o código QR.

FECOMERCIO SP 